

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
CAMPUS DE SOROCABA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

LARISSA OLIVEIRA CANTIERI

A DIVISÃO DO TRABALHO POR GÊNERO NO BRASIL

Sorocaba
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
CAMPUS DE SOROCABA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

LARISSA OLIVEIRA CANTIERI

A DIVISÃO DO TRABALHO POR GÊNERO NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Andrea Rodrigues Ferro

Sorocaba
2016

Oliveira Cantieri, Larissa

A Divisão do Trabalho por Gênero no Brasil / Larissa Oliveira Cantieri. --
2016.

85 f. : 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade Federal de São
Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador: Dr.^a Andrea Rodrigues Ferro

Banca examinadora: Dr. Antônio Carlos Diegues, Dr.^a Mariusa Momenti
Pitelli

Bibliografia

1. Divisão do trabalho por gênero. 2. Composição familiar. 3. Mercado
de trabalho. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

LARISSA OLIVEIRA CANTIERI

A DIVISÃO DO TRABALHO POR GÊNERO NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.
Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 12 de dezembro de 2016.

Orientadora

Dr.^a Andrea Rodrigues Ferro
Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba

Examinador

Dr. Antônio Carlos Diegues
Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba

Examinadora

Dr.^a Mariusa Momenti Pitelli
Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba

Dedico aos meus pais, irmãos e avós, por serem grandes exemplos de força, alegria e altruísmo.

AGRADECIMENTO

Agradeço à Universidade Federal de São Carlos pelas experiências e conhecimentos proporcionados durante os anos de graduação. A todo o corpo docente, pelo empenho em oferecer o conhecimento e paciência, pois, independente da situação, todos me proporcionaram lições que vão além da Ciência Econômica, e a isso serei sempre grata.

Agradeço imensamente aos professores Mariusa Momenti Pitelli e Antônio Carlos Diegues por aceitarem participar da banca na defesa desta monografia, é uma grande honra ser avaliada por docentes que admiro.

Agradeço especialmente à professora Andrea Rodrigues Ferro, pela paciência, apoio, confiança, cafés, chás e horas de conversa me auxiliando e orientando não só nesse estudo, mas também na vida. Se empatia e gentileza são recursos escassos, ricos são aqueles que as possuem.

Aos meus pais Paulo Sérgio Cantieri e Nilza de Oliveira, por tudo o que fizeram e fazem ainda hoje, sempre me apoiando e confiando em mim, não saberia expressar o que representam. Aos meus irmãos Paula e Rodolfo, por estarem sempre presentes nos momentos de dificuldade e alegrias. À Fernanda Magalhães pela amizade e por me presentear com minha irmã Helena, minha maior motivação para ser uma pessoa cada vez melhor e livre das imposições sociais.

À amiga Débora Silveira, pela parceria ao assumir riscos, companheirismo, amizade e apoio imensurável. À amiga Larissa Cacciatori pelo apoio nesse processo e valiosa amizade de quase duas décadas. Às companheiras da C.Q.Kiss Isabela Padovan, Karen Möller, Luisa Rasesa e Patrícia Cavalieri pela amizade, motivação, companheirismo e por fazerem do apartamento 12 um lar.

No mais, agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação e deste estudo.

RESUMO

CANTIERI, Larissa. *A divisão do trabalho por gênero no Brasil*. 2016. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, Sorocaba, 2016.

O presente estudo investiga se houve ou não mudanças nas disparidades resultantes do sistema de gênero na Divisão do Trabalho por Gênero no Brasil entre os anos de 2001 e 2014, uma vez que existe uma grande parcela da mão-de-obra que é explorada, a feminina. Sofrendo desvantagens no mercado de trabalho e no lar, essas trabalhadoras são prejudicadas e desestimuladas em suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico do país. Foi realizada uma análise exploratória comparativa entre os anos de 2001 e 2014, levando-se em consideração as composições familiares de pessoas ocupadas no ramo não-agrícola da área urbana do país, utilizando os microdados da PNAD por meio do software STATA. Verificou-se que, apesar das mudanças ocorridas, não houve redução das disparidades, apenas uma reconfiguração da Divisão do Trabalho por Gênero de tal modo que possibilite a manutenção de um sistema de gênero.

Palavras-chave: Divisão do trabalho por gênero. Composição familiar. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

The present study investigates whether or not there were changes in the disparities resulting from the gender system in the Gender Division of Labor in Brazil between 2001 and 2014, since there is a large portion of the labor that is exploited, the female labor force. Having disadvantages in the labor market and in the households, these workers are prejudiced and discouraged in their contributions to the socioeconomic development of the country. Thereunto, a comparative exploratory analysis were carried out between 2001 and 2014, taking into account the family compositions of persons employed in the non-agricultural branch of the urban area of the country, using the PNAD microdata through the software STATA. It was verified that, in spite of the changes that occurred, there was no reduction in the disparities, only a reconfiguration of the Gender Division of Labor in such a way as to enable the maintenance of a gender system.

Keywords: Gender division of labor. Family compositions. Labor market.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 - Categorias de composição familiar.....	31
Tabela 1 – Número de pessoas, percentual de pessoas economicamente ativas, percentual de ocupação segundo a composição familiar no Brasil urbano, 2001	37
Tabela 2 – Número de pessoas, percentual de pessoas economicamente ativas, percentual de ocupação segundo a composição familiar no Brasil urbano, 2014.....	38
Tabela 3 – Variação percentual do número de pessoas da proporção de pessoas economicamente ativas e do percentual de pessoas ocupadas, segundo composição familiar no Brasil urbano entre 2001 e 2014.....	39
Tabela 4 – Percentual de pessoas que sabem ler e escrever segundo a composição familiar no Brasil urbano, 2001 e 2014.....	42
Tabela 5 – Percentual de pessoas segundo classes de anos de estudo e composição familiar no Brasil urbano, 2001.....	43
Tabela 6 – Percentual de pessoas segundo classes de anos de estudo e composição familiar no Brasil urbano, 2014.....	44
Tabela 7 – Percentual de pessoas que tinham dois ou mais trabalhos na semana de referência por composição familiar no Brasil urbano, 2001 e 2014.....	46
Tabela 8 – Valor do rendimento médio mensal do trabalho principal na semana de referência por composição familiar no Brasil urbano, 2001 e 2014.....	47
Tabela 9 – Média do número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal na semana de referencia por composição familiar no Brasil urbano, 2001 e 2014.....	50
Tabela 10 – Número médio de horas dedicadas por semana ao trabalho doméstico não pago no próprio domicílio por composição familiar no Brasil urbano, 2001 e 2014.....	52
Tabela 11 – Ocupação que exercia no trabalho principal da semana de referência: as dez ocupações que concentram mais pessoas no Brasil urbano, segundo o gênero, em 2001..	55
Tabela 12 – Ocupação que exercia no trabalho principal da semana de referência: as dez ocupações que concentram mais pessoas no Brasil urbano, segundo o gênero, em 2014..	57
Tabela 13 – Percentual de pessoas por posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência e composição familiar no Brasil urbano em 2001.....	60

Tabela 14 – Percentual de pessoas por posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência e composição familiar no Brasil urbano em 2014.....	63
Tabela 15 – Percentual de pessoas que contribuía para instituto oficial de previdência no trabalho principal da semana de referência segundo composição familiar no Brasil urbano, 2001 e 2014.....	66
Tabela 16 – Percentual de pessoas de acordo com os ramos de atividade do trabalho principal na semana de referência por composição familiar no Brasil urbano em 2001.....	69
Tabela 17 – Percentual de pessoas de acordo com os ramos de atividade do trabalho principal na semana de referência por composição familiar no Brasil urbano em 2014.....	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1 SEXO E GÊNERO.....	15
2.2 A DIVISÃO DO TRABALHO POR GÊNERO.....	16
2.2.1 Trabalho Doméstico Não-Pago	21
2.2.2 Mercado de Trabalho	24
2.2.2.1 Trabalho Doméstico Pago.....	28
3 METODOLOGIA	30
3.1 VARIÁVEIS ANALISADAS.....	32
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73

1. INTRODUÇÃO

A condição da mulher na sociedade e sua participação na economia prende cada vez mais a atenção de estudiosos das mais diversas áreas nas últimas décadas, como nas Ciências Sociais, Política e Econômica por exemplo. No que se refere à participação de mulheres casadas na economia, o seu aumento durante o século XX foi acelerado por diversos aspectos, mas um deles se destaca: de acordo com Becker (1985), o aumento de seus ganhos elevou o custo de oportunidade do trabalho no lar (incluindo o cuidado dos filhos), o que reduziu a disposição para se ter filhos e encorajou a substituição do trabalho no lar pelo trabalho no mercado. Dessa maneira, o aumento dos ganhos de mulheres casadas no mercado tornou a divisão do trabalho doméstico menos vantajosa para essas mulheres (BECKER, 1985).

No desenvolvimento da teoria econômica, tanto entre clássicos quanto entre neoclássicos, inicialmente o papel da mulher era considerado como primordialmente reprodutivo. Aos clássicos interessava mais o modo de produção no mercado do que a produção doméstica, sendo esses dois espaços marcados por uma divisão entre os gêneros (CARRASCO, 2003). Já os neoclássicos consideravam a mulher como intrinsecamente improdutiva, destacando seu papel como geradora, componente do exército de reserva e como mantenedora do lar (KON, 2005).

O fortalecimento do movimento feminista no início dos anos 70 na França deu origem a uma série de estudos que colaborariam para o estabelecimento das bases teóricas do conceito de divisão do trabalho por gênero. Nesse contexto, ocorreu a conscientização coletiva de que as mulheres realizam uma grande quantidade de trabalho que é descreditado, não para elas mesmas, mas para outras pessoas, sem remuneração e em nome da família. O trabalho doméstico começa então a ser tratado como uma atividade de trabalho assim como o trabalho no mercado, o que tornou possível se enveredar de maneira mais precisa pelo tema da divisão do trabalho por gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007).

No caso brasileiro, a hegemonia até o final do século XX do conceito de que a mulher tem como papel principal o reprodutivo influenciou de forma significativa a formulação de políticas públicas voltadas para mulheres. A partir da década de 70, o aumento da urbanização e industrialização no país foi acompanhado da intensificação da participação feminina na economia (SILVA, 2015). Porém, até 1985 elas eram vistas e tratadas apenas

como figura materna pelas políticas públicas, sendo que essas eram voltadas somente para a amamentação, cuidados do lar e das crianças. Após essa data, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), dando início à institucionalização das demandas em relação às mulheres. Em conjunto à luta feminista por direitos, participação política e social e à abertura pós-ditadura, as mulheres tiveram sua inserção em espaços públicos como indivíduos políticos (PINTO, 2006). Portanto, a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro se deu mais pela luta feminina do que pela ideia que a elevação de seus ganhos no mercado tornou o trabalho doméstico menos vantajoso, conforme defendido por Becker (1985).

Já em 1990 ocorreu um marco para a economia feminista: a inclusão, pela primeira vez, de um painel específico sobre as perspectivas feministas na economia na Conferência Anual da American Economic Association, sendo um de seus textos o primeiro a estabelecer críticas acerca das hipóteses da teoria econômica sob uma perspectiva feminista. A economia feminista se consolida com a criação da International Association For Feminist Economics (IAFFE) nos EUA. Em 1995 a associação publica a primeira revista de debate sobre as distintas correntes de economistas feministas, a *Feminist Economics* (CARRASCO, 2003).

O conceito de Divisão do Trabalho por Gênero se consolidou, então, como sendo a maneira como o trabalho social se arranja decorrente da construção histórica e social da relação entre os gêneros. Do ponto de vista sociográfico, procura-se descrever a distribuição de trabalho no mercado entre homens e mulheres ao longo do tempo e como essa relação se associa com a distribuição do trabalho doméstico entre os gêneros. Por outro lado, uma segunda acepção surge da necessidade de identificar se essas desigualdades são sistemáticas, suas origens e quais seriam os processos que a sociedade se utiliza para criar e manter um sistema de gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Dessa forma, os trabalhos recentemente desenvolvidos partem do pressuposto de que a existência de dois gêneros produz efeitos significativos nos agentes, suas escolhas e o modo de interagir em sociedade e mercado de trabalho, como a família e as empresas. Os estudos desenvolvidos nas Ciências Econômicas mais recentemente partem também do pressuposto de que deve-se levar em conta as transformações na base do comportamento dos indivíduos e nos fenômenos econômicos (KON, 2002).

Essas transformações de cunho estrutural refletem-se nos setores de atividades das economias, que, em busca de um caráter novo, acabam por acarretar em desequilíbrios em

relação à oferta de postos de trabalho, buscando as empresas, assim, flexibilizar¹ o mercado de trabalho, sendo a diferença de salários entre os sexos um dos principais mecanismos dessa flexibilização. Nesse cenário, a mulher seria a principal prejudicada devido ao fato de ser considerada como menos produtiva pelos empregadores, que oferecem, em média, menores salários para as mulheres do que para os homens para cargos similares. Portanto, pode-se dizer, nesse caso, sob o ponto de vista econômico, que as mulheres sofrem discriminação, que pode ser caracterizada como quando duas pessoas com mesma produtividade, gosto pelo trabalho, mas pertencentes a grupos diferentes, obtêm resultados diferentes no mercado de trabalho, seja em relação ao salário ou na conquista de postos de trabalho (KON, 2002).

Já para Becker (1985), as mulheres possuem vantagem comparativa no trabalho doméstico, o que faz com que, principalmente as mulheres casadas e/ou com filhos, tenham desvantagens no mercado de trabalho. Isso ocorreria pois elas realizariam mais horas de trabalhos exigentes de seu esforço no total, o que reduziria a produtividade e o seu investimento no trabalho pago. Porém, de acordo com Diogo e Coutinho (2006), considerar que as mulheres possuem vantagem comparativa nesse trabalho de modo intrínseco ao seu sexo e que devido a isso elas obtêm resultados diferentes no mercado pressupõe a existência de uma diferenciação essencial entre os gêneros que desconsidera a construção social do papel de cada um deles na sociedade.

Assim, a Divisão do Trabalho por Gênero reproduz hierarquias tanto no mercado de trabalho quanto no trabalho doméstico (pago e não pago), uma vez que há uma clara discriminação entre os gêneros nesses dois tipos de espaços. Nas tarefas domésticas, há a preponderância do trabalho feminino; já no mercado de trabalho, os homens dispõem de mais tempo para ofertar e possuem vantagens de contratação e salários (TORRES *et al.*, 2000).

O conhecimento da atual configuração da Divisão do Trabalho por Gênero é, portanto, de suma importância para a formulação de políticas públicas voltadas para a família e a absorção mais equitativa da mão-de-obra entre os gêneros, dado que existe um grande

¹ A flexibilização do mercado de trabalho aqui apontada consiste nos caminhos que as empresas tomam para se readequarem às mudanças de mercado, são elas: a) flexibilidade salarial: desregula o mercado de trabalho, diminuindo os padrões da remuneração e permite a (re)negociação entre empregadores e empregados; b) flexibilidade do emprego: refere-se às diferentes formas de contratação, como tempo parcial, temporário e assim por diante; c) flexibilidade funcional: ocorre dentro das empresas, flexibilizando as características e requisitos na seleção de candidatos para postos de trabalho, o que torna a mobilidade e ascensão dentro das empresas mais subjetivas (KON, 2002).

percentual da mão-de-obra, as mulheres, trabalhando em condições desvantajosas (quando não precárias) que prejudicam e desencorajam a sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do país. No mais, o presente estudo têm como principal contribuição a análise comparativa entre as diversas estruturas familiares levando-se em consideração a condição da pessoa no domicílio, ou seja, se é chefe de família, cônjuge ou solteiro, tanto entre pessoas do mesmo gênero quanto de gêneros diferentes. Nesse sentido, contribui de maneira inovadora para o tema, uma vez que, se existem estudos com essa mesma abordagem, eles são desconhecidos pela autora.

Partindo desse contexto e do pressuposto de que o desempenho dos indivíduos e suas escolhas sejam intimamente ligados ao tipo de composição familiar, o presente estudo tem o objetivo de delinear a atual configuração da divisão do trabalho por gênero no Brasil e avaliar mudanças nas disparidades resultantes do sistema de gênero no que tange ao mercado de trabalho e o trabalho doméstico. No estudo da discriminação de gênero no mercado de trabalho, é imprescindível a análise de aspectos como rendimento, ocupação, posição na ocupação e os ramos de atividade em que cada gênero se insere, e como. Para tanto, será realizada uma análise exploratória comparativa entre dois períodos das principais variáveis do mercado de trabalho (pago e não pago), levando-se em consideração a composição das famílias brasileiras. Foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de referência de 2001 e 2014. A alteração na classificação dos dados de ocupação, pelo IBGE, a partir de 2001 dificulta a comparação com períodos anteriores.

Ademais, a hipótese é de que, apesar das transformações socioeconômicas ocorridas no período - tais como nas proporções ocupacionais por sexo, legislação, e composição familiar -, houve uma tendência de reconfiguração das disparidades da divisão do trabalho por gênero tal que possibilitasse a manutenção de um sistema de gênero, pois, como dito por Hirata e Kergoat (2007, p. 597), quando se trata de divisão do trabalho por gênero, “tudo muda, mas nada muda”.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 SEXO E GÊNERO

Inicialmente, o termo Divisão Sexual do Trabalho era utilizado para designar a maneira como o trabalho social se arranja; porém, mais recentemente, e também no presente estudo, há a substituição de tal termo por Divisão do Trabalho por Gênero. É necessário fazer algumas considerações acerca dessa diferenciação conceitual.

Toda a existência humana tem bases biológicas que pressupõem a interação entre dois sexos, o masculino e o feminino. Na visão essencialista, homens e mulheres possuem diferenças básicas em função do sexo desde o início de suas vidas, sejam elas biológicas, no caso de alguns autores, e/ou produto de condições sociais formadoras da identidade e/ou até psíquicas, criando uma “cultura masculina” e uma “cultura feminina”. Já a perspectiva construtivista considera que a diferença na função sexual da mulher e do homem não esteja necessariamente relacionada com seus papéis sociais ou traços psicológicos. As diferenças observadas de comportamento se deveriam a convenções sociais de comportamento profundamente arraigadas que operam para um sistema de controle social (KON, 2002).

Seguindo essa lógica, o sexo biológico não seria determinante da identidade dos indivíduos e suas interações uns com os outros, sendo a identidade antes uma construção derivada das relações sociais de cada um, relações estas permeadas por antagonismos de classe, etnia e gênero. Tal visão pode se verificar no fato de que os espaços de aprendizagem e processos de socialização, tais como escolas e brinquedos comercializados, encarregam-se de reforçar os estereótipos de gênero, além de legitimá-los pela determinação biológica (CARLOTO, 2001).

Para Nietzsche (2008), classificar as pessoas segundo o seu sexo ou moral é mascarar a realidade de que existe um jogo social imposto pelos próprios homens com uma justificativa biológica/moral, o que corrobora a visão construtivista.

Quando o homem atribuía um sexo a todas as coisas, não via nisso um jogo, mas acreditava ampliar seu entendimento: - só muito mais tarde descobriu, e nem mesmo inteiramente ainda hoje, a enormidade desse erro.

De igual modo o homem atribuiu a tudo o que existe uma relação moral, jogando sobre os ombros do mundo o manto de uma significação ética. Um dia, tudo isso não terá nem mais nem menos valor do que possui hoje a crença no sexo masculino ou feminino do Sol.

Friedrich Nietzsche. Aurora (2008, p. 27).

Associar o papel social culturalmente imposto aos gêneros masculino e feminino com uma classificação biológica da reprodução nada mais é do que naturalizar essa distribuição de responsabilidades imposta de maneira alheia à vontade das pessoas, sendo que esses critérios de distribuição são sexistas. Já o termo gênero é utilizado para representar uma relação social de pertencimento a uma classe ou grupo, sendo estes formados culturalmente, e não biologicamente (CARLOTO, 2001).

Dessa maneira, a substituição do termo Divisão Sexual do Trabalho pelo termo Divisão do Trabalho por Gênero (DTG) se justifica pelo pressuposto de que essa divisão é determinada pela construção acerca do papel de cada gênero na sociedade, desvinculando-o do sexo biológico e abraçando toda a diversidade de identidade de gênero que possa se autoidentificar como homem ou mulher na PNAD.

2.2 A DIVISÃO DO TRABALHO POR GÊNERO

O período de transição e mudanças na realidade social que precedeu a definição do capitalismo foi responsável por separar a produção doméstica da produção voltada para o mercado, o que reforçou a dicotomia público (a esfera da transcendência) privado (a esfera da sobrevivência). A esfera da sobrevivência diz respeito ao trabalho doméstico, e a da transcendência, ao trabalho fora do lar. Sob a perspectiva construtivista, cada um desses espaços é tido como próprio de um gênero. Ao privado, as mulheres; ao público, os homens. Todos os indivíduos necessitam do que é produzido em cada um deles, mas, no limite, cada gênero é alienado de uma das esferas (CARLOTO, 2001).

De acordo com Carrasco (2003), é desse contexto que se desenha o pensamento clássico. A industrialização e o processo produtivo tornam-se referência para suas análises, e assim se inicia a marginalização do trabalho doméstico e a desconsideração da DTG para a reprodução do sistema capitalista nas análises econômicas. Surgem, então, (ou

são reforçadas) dicotomias fortemente separadas: a empresa e a família; o trabalho no mercado e o trabalho doméstico; o público e o privado. Tais dicotomias não são tratadas pela maioria dos pensadores clássicos, ignorando as contribuições econômicas das mulheres para a reprodução e manutenção do sistema.

Valorizava-se mais o novo modo de produção no mercado, ocupado majoritariamente por homens, do que a produção doméstica, realizada pelas mulheres. Assim, o conceito de trabalho produtivo estava atrelado ao trabalho na produção de mercado, o que reforçava o androcentrismo da economia política clássica. Contraditoriamente a isso, reconhecia-se a importância das mulheres para a reprodução da população e cuidados das crianças, apesar da não inclusão de tais atividades no esquema analítico de representação do sistema econômico vigente na época (CARRASCO, 2003).

Com o advento da escola neoclássica, o foco de análise do sistema econômico passa da produção para o mercado capitalista propriamente dito e suas relações de troca. Considerava-se que as características necessárias para o trabalho doméstico contrastavam com as características necessárias para o trabalho no mercado pago. John Stuart Mill contribuiu com a teoria de especialização do trabalho entre os sexos, dizendo que as mulheres tenderiam a se especializar em atividades de produção doméstica e a família, enquanto os homens tenderiam a se especializar na produção não doméstica. A família seria uma unidade que procura maximizar a utilidade e bem-estar, e as preferências individuais de cada membro estariam de acordo com os interesses da família como um todo. Para essa escola, as mulheres se caracterizavam como dependentes, donas de casa, irracionais e improdutivas, o que justificaria seus salários serem mais baixos, quando empregadas no mercado, ou a sua rejeição ao trabalho doméstico. Assim, os neoclássicos consideravam as mulheres como agentes não-econômicos, uma vez que a única função da família seria a de consumidora dos produtos e serviços gerados no mercado, colocando a produção doméstica na invisibilidade. A teoria neoclássica é criticada por racionalizar e reforçar a divisão do trabalho por gêneros (KON, 2005).

Percebe-se, portanto, que tais escolas tratavam do gênero sob uma ótica preponderantemente essencialista, naturalizando a crença de que a esfera pública a elas não pertencia devido a suas características intrinsecamente improdutivas no mercado capitalista.

Os marxistas, que também consideravam o trabalho doméstico essencialmente diferente do trabalho de mercado, caracterizavam-o pela solidariedade; já o trabalho no mercado, por outro lado, estaria permeado pelos interesses de classe. Sob a perspectiva da

teoria do valor do trabalho de Marx, questiona-se se o trabalho de reprodução das mulheres criaria valor adicionado e quem se apropriaria dele, e se as mulheres casadas poderiam ser tidas como integrantes do exército de reserva, sendo empregadas de modo marginal e utilizadas para pressionar os salários para baixo. Desse modo, a discriminação de gênero teria um papel fundamental na perpetuação do capitalismo e na primazia dos interesses de classe na economia (CARRASCO, 2003).

Segundo Carrasco (2003), o marxismo é criticado por estabelecer uma relação de diálogo entre classe e gênero, pois preconiza a convergência natural de interesses entre mulheres e homens trabalhadores pertencentes a uma mesma classe. Ao definir o trabalho doméstico como solidário, pressupõe que não existam conflitos resultantes da desigual divisão do trabalho doméstico entre os gêneros.

As críticas feministas dizem que ambos, neoclássicos e marxistas, não tratavam da desigualdade de gênero no trabalho doméstico e relegavam essas relações a esferas não econômicas. De acordo com Kon (2005), tais análises ignoravam as transformações estruturais e nas escolhas dos indivíduos, tais como a escolaridade dos agentes e variações na composição de ocupação dos setores de atividade, por exemplo, além de não estabelecerem relações entre o trabalho doméstico e a desigualdade de gênero (KON, 2005).

De acordo com Hirata e Kergoat (2007), com as mudanças sociais e no próprio capitalismo, a mulher conquistou seu espaço na esfera pública; porém, esse fato não significou a eliminação da DTG, mas sua reconfiguração.

Na década de 1960 os economistas neoclássicos Mincer e Becker começaram a desenvolver análises sobre a economia do lar, a chamada Nova Economia Doméstica (NED), reconhecendo o trabalho doméstico como uma área digna de estudo. O motivo dessa mudança se deu devido ao número crescente de mulheres casadas que entravam no mercado pago mesmo quando os ganhos no lar aumentavam, fato que a economia ortodoxa não era capaz de explicar (KON, 2005).

Segundo Becker (1985), a especialização gera economias de escala ao se investir em atividades específicas, o que encorajaria os membros das famílias a investirem tempo e esforço em atividades diferentes. O investimento em especialização do capital humano tem retornos que seriam um forte incentivo à divisão do trabalho, mesmo entre indivíduos considerados iguais.

O autor sugere, então, que homens e mulheres têm vantagens comparativas intrínsecas diferentes no trabalho, seja no trabalho doméstico ou no mercado. Essas diferenças

seriam a causa da DTG, e, conseqüentemente, das disparidades na acumulação de capital humano específico que reforçam essas vantagens, ou seja, a especialização. Sugere, então, que as mulheres tem vantagem comparativa no trabalho doméstico, o que faz com que mulheres casadas tenham desvantagens no mercado de trabalho. Isso ocorre pois elas realizam mais horas de trabalhos exigentes de seu esforço no total ao tomarem para si as horas de trabalho no lar que seriam realizadas por seus maridos, o que reduziria a produtividade e o seu investimento no trabalho pago.

Porém, a ideia de que existem vantagens comparativas intrínsecas a cada gênero ignora o fato de que há um papel social imposto culturalmente a cada gênero de maneira alheia às suas vontades. Esse papel é continuamente reforçado pelos processos de socialização e espaços de aprendizagem, como os brinquedos de meninas que estimulam os cuidados do lar e dos filhos, enquanto os de meninos que estimulam a imaginação e raciocínio lógico (CARLOTO, 2001).

Portanto, no presente estudo, considera-se que as diferentes vantagens comparativas de homens e mulheres devem-se unicamente ao papel de cada gênero na sociedade e os processos de socialização e aprendizagem que formam esses indivíduos. Assim, a DTG é determinada pela exploração do papel da mulher na sociedade, fato que Becker (1985) não nega e reconhece: o autor pondera que é possível que, no caso de pessoas casadas, mesmo se não houvesse divisão do trabalho doméstico entre os gêneros, homens e mulheres ainda obteriam resultados diferentes no mercado de trabalho, e isso se deveria à discriminação no mercado de trabalho.

No entanto, segundo Madalozzo et al. (2010), ao utilizar da maximização da utilidade e bem estar familiar e do pressuposto de que homens têm vantagem comparativa no mercado de trabalho devido a características intrínsecas, enquanto as mulheres têm vantagem comparativa no trabalho doméstico, para justificar as disparidades de gênero no mercado de trabalho, o autor utiliza de pressupostos demasiadamente fortes. A exploração do papel da mulher na sociedade consiste justamente em se valer do papel dominante do homem para atribuir remunerações e posições diferentes entre os gêneros no mercado e responsabilizar as mulheres por um trabalho de retorno de profissionalização desvantajoso em relação ao do mercado de trabalho, ou seja, o trabalho doméstico. Desse modo, as famílias não são maximizadoras do bem estar e utilidade conforme proposto pelos autores da NED, uma vez que um dos gêneros, as mulheres, é relegado a atividades de retornos de profissionalização

desvantajosos. Assim, as mulheres sofreriam discriminação no mercado de trabalho (MADALOZZO et al., 2010).

A discriminação, dentro da teoria econômica, é um importante objeto de estudo para entender por qual razão indivíduos com as mesmas características recebem tratamentos diferentes no que tange ao mercado de trabalho (LOUREIRO, 2003).

De acordo com Loureiro (2003), a discriminação no mercado de trabalho pode ser classificada em quatro tipos, sendo eles: a discriminação salarial, de emprego, ocupacional e de acesso ao capital humano. Os três primeiros são definidos como discriminação pós-mercado, ou discriminação direta, pois se verifica após o indivíduo estar empregado. O último tipo é classificado como discriminação pré-mercado, pois ocorre antes de o indivíduo estar empregado.

A discriminação salarial se verifica quando um grupo é discriminado na determinação de seus salários, recebendo valores inferiores aos demais para a realização do mesmo trabalho. A discriminação de emprego acontece quando um grupo minoritário de pessoas obtém desvantagens no mercado devido à baixa oferta de empregos a ele direcionado, ficando mais vulneráveis ao desemprego. A discriminação ocupacional ocorre quando um grupo obtém restrições à ocupação de determinados cargos, mesmo dotado das capacidades necessárias para a ocupação de tais cargos. Já a discriminação de acesso a capital humano se verifica quando pessoas de um grupo minoritário tem menor acesso às oportunidades de elevar sua produtividade, como a educação.

De acordo com Kon (2002), as transformações estruturais na economia geram desequilíbrios no mercado que se refletem na oferta de postos de trabalho. Uma das principais maneiras de as empresas flexibilizarem o mercado de trabalho para se readequarem à nova realidade seria o diferencial de salários entre os gêneros, uma vez que se considera que a mulher é menos produtiva do que homem, independente de seu estado civil. Esse fato reflete a mentalidade essencialista a que a mulher está sujeita no mercado de trabalho, sofrendo, portanto, discriminação.

Hoje, a divisão do trabalho reproduz hierarquias não somente entre os espaços público e privado, mas também na forma como a mulher se insere no mercado de trabalho. O motivo da persistência da DTG consiste justamente no fato de ser um produto da discriminação de gênero, uma construção histórica e social da relação entre os gêneros (HIRATA; KERGOAT, 2007).

2.2.1 TRABALHO DOMÉSTICO NÃO-PAGO

Segundo Becker (1985), o aumento dos rendimentos de mulheres casadas durante o século XX ocasionou uma grande elevação da participação dessas mulheres na economia. Isso gerou o aumento no custo do tempo despendido no trabalho doméstico, ocasionando a queda de fertilidade e aumento da taxa de divórcio. Todavia, o aumento dos rendimentos não acompanhou na mesma proporção a queda de fertilidade e o aumento da taxa de divórcio.

A elevação da oferta de trabalho das mulheres na economia pode temporariamente ter reduzido seus ganhos, pois o aumento de oferta geralmente reduz o preço. Outro motivo seria que a responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico impede que o rendimento dessas aumente mais rapidamente. Assim, Becker assume que o trabalho doméstico, incluindo o cuidado dos filhos, é um fator limitante do acesso ao mercado de trabalho. Como o trabalho doméstico demanda mais energia do que atividades de lazer, as mulheres teriam uma menor produtividade no mercado de trabalho, uma vez que o trabalho no lar consome grande energia, ao contrário do lazer e outras atividades realizadas pelos homens quando se encontram no lar, que se caracterizam como renovadoras de energia.

Desse modo, as mulheres casadas teriam seus rendimentos por hora reduzidos, o que afetaria suas ocupações, posições na ocupação e o investimento em capital humano, especialmente quando trabalham o mesmo número de horas no mercado que homens casados. Portanto, o trabalho doméstico seria uma das principais causas práticas da DTG. Ainda, Becker sugere que mesmo se as participações dos gêneros fossem iguais na economia seus rendimentos não o seriam, o que poderia ser devido à existência de discriminação de gênero no mercado.

Já de acordo com Madalozzo et al. (2010), o trabalho no mercado tem um retorno de especialização de longo prazo, enquanto o trabalho doméstico não-pago tem o retorno máximo quando existem crianças pequenas no lar, havendo intensificação desse trabalho. Após esse período, o retorno diminui rapidamente. Em um contexto familiar, os homens possuem vantagem ao se especializar no trabalho no mercado, enquanto as mulheres são prejudicadas ao serem responsabilizadas pelo trabalho doméstico.

Dessa maneira, o retorno do investimento em educação voltada para o trabalho de mercado das mulheres é menor do que o retorno dos homens, uma vez que estas alocam mais tempo para o trabalho doméstico, além do fato de que a remuneração das mulheres é menor para mesmos postos de trabalho que os homens. Colocando mais uma vez em dúvida, então, a teoria da maximização da utilidade e bem-estar familiar e da convergência entre os interesses individuais e o da família como unidade, além do argumento de Becker (1985) de que as mulheres obtêm resultados diferentes no mercado devido à menor produtividade nesse trabalho (MADALOZZO *et al.*, 2010).

Madalozzo *et al* (2010) analisam as diferentes participações de homens e mulheres em idade marital no trabalho doméstico como possível influenciador das condições no mercado utilizando dados da PNAD de 2006. Segundo os dados, os homens apresentam renda significativamente superior à das mulheres, enquanto estas executam uma carga superior de trabalho doméstico, o que seria explicado pelo maior número de horas trabalhadas no mercado pelos homens. Ao analisar pessoas que participam no mercado de trabalho com igual número de horas semanais e com a presença de cônjuge no domicílio, concluem que as mulheres trabalham ao todo de quatro a seis vezes mais horas do que os homens a elas similares. A mesma tendência ocorre entre homens e mulheres sem cônjuge: as mulheres trabalham o dobro de horas semanais no lar. A presença de crianças na família e a elevação em seu número ocasiona o aumento de horas trabalhadas no lar para as mulheres, mas não necessariamente para os homens.

Modelaram então o número de horas de trabalho doméstico realizado por homens e mulheres utilizando o método econométrica de Oaxaca, desenvolvida originalmente para a comparação de salários entre os gêneros. Foram estimadas as diferentes distribuições de participação no trabalho doméstico que não são explicadas pelas características dos indivíduos (idade, número de anos de estudo, número de horas trabalhadas no mercado remunerado e uma variável proxy para poder na família). Concluíram que, para as mulheres, possuir um cônjuge implica elevação do número de horas trabalhadas no lar; enquanto que para os homens ocorre o inverso. A presença de filhos também eleva as horas trabalhadas, porém para ambos os gêneros.

Quanto à variável educação, concluíram que mulheres com maior educação conseguem que seus maridos trabalhem mais tempo no lar do que mulheres com menores níveis educacionais, enquanto que maridos com maior nível de instrução também tem maior percepção da necessidade de dedicarem mais tempo ao trabalho no lar. Mulheres com

participação no mercado de trabalho e que contribuíam significativamente para a renda familiar apresentaram maior poder de barganha para negociar a divisão do trabalho doméstico entre o casal, sendo importante destacar que o poder intelectual apresentou efeito inferior ao poder econômico.

A conclusão é de que as características pessoais explicam somente uma pequena parcela da diferença no número de horas no trabalho doméstico, a maior parcela não é captada pelas variáveis utilizadas. A parcela não explicada da diferença no número de horas no trabalho doméstico pode ser devida à não inclusão de variáveis explicativas importantes para o modelo e/ou à divisão do trabalho doméstico dada pela incumbência cultural do trabalho doméstico às mulheres (MADALOZZO *et al.*, 2010).

Torres *et al* (2000), ao analisar os dados obtidos de um questionário aplicado em Portugal, obtém resultados similares ao estudo anteriormente citado, demonstrando que as mulheres realizam a maior parte do trabalho no lar. Porém, no que tange às mulheres mais instruídas, a diminuição das horas dedicadas ao trabalho no lar não é acompanhada do aumento de horas de trabalho no lar para os maridos, e sim a transferência desse trabalho para outras mulheres de maneira não-paga (muitas vezes familiares) ou paga (trabalhadoras domésticas imigrantes em sua maioria).

Foi inquirido se os indivíduos julgavam a situação descrita como justa ou injusta, sendo que a maioria, tanto homens quanto mulheres, responderam que achavam justa. Dentre a minoria das mulheres que julgou a situação como injusta, a maioria apresentava nível de instrução mais elevado. Uma curiosa observação é feita acerca da existência de conflitos no lar. A maior parte dos inquiridos afirmou que não havia conflitos entre os cônjuges resultantes da desigual distribuição de trabalho. Porém, entre aqueles que consideram a situação injusta, existe uma enorme disparidade de opiniões: enquanto os homens legitimam a desigualdade com o argumento de que um deles dispõe de mais tempo (ou seja, a mulher), as mulheres afirmam que eles, seus maridos, não querem fazer mais pelo lar. Pode-se perceber um conflito de opiniões dentre aqueles que consideram o cenário injusto (TORRES *et al.*, 2000).

Dessa maneira, a atual incumbência simultânea de responsabilidades das mulheres no lar e no mercado pode gerar conflitos no lar que alterem a composição familiar, tal como a ruptura da relação conjugal. Esse conflito causado pela desigual divisão do trabalho doméstico, em conjunto do aumento da emancipação feminina durante o século XX,

é um fator explicativo da grande elevação do divórcio ao longo do tempo, conforme defendido por Becker (1985).

O aumento da taxa de divórcio afeta diretamente a participação da mulher no mercado de trabalho, visto que, além de dispor de mais tempo para o trabalho fora do lar, também necessita de uma proteção financeira após o divórcio. Assim, cai por terra a relação marxista de diálogo entre classe e gênero, pois não é possível dizer que exista uma convergência natural de interesses entre os trabalhadores de gêneros diferentes, mesmo entre os explorados pelo capital (CARRASCO, 2003).

2.2.2 MERCADO DE TRABALHO

No caso do trabalho doméstico, há a preponderância da participação das mulheres na esmagadora maioria das sociedades, e, quando participam do mercado de trabalho, a tendência é de que se aloquem em atividades divergentes às masculinas (BECKER, 1985).

Conforme defendido por Kon (2005), as mudanças tecnológicas induzidas pela inovação impactaram o lar por dois aspectos. Primeiro, pelo surgimento de produtos substitutos aos produtos domésticos ou então não mercantilizados, tais como alimentos e eletrodomésticos, respectivamente. Segundo, pelo aumento da eficiência do trabalho doméstico ocasionado por tais produtos. Essas mudanças elevaram as preferências dos consumidores, o que os motivou a buscarem maiores ganhos no mercado de trabalho, além de aumentar a disponibilidade de tempo.

A elevação da escolaridade feminina ao longo dos anos facilitou sua absorção pelo mercado, principalmente no que diz respeito a processos produtivos mais complexos, como na indústria. Entretanto, a sua inserção no mercado de trabalho é caracterizada por contrariedades: se, por um lado, é ampliada a sua emancipação, por outro, existe uma precarização de seu trabalho, caracterizado por remunerações inferiores e maior instabilidade de emprego (KON, 2005).

Ainda de acordo com Kon, as composições dos ramos de atividade e ocupações definem os postos de trabalho existentes e seus respectivos perfis de qualificação e habilidades. Porém, a segregação no mercado de trabalho ocorre também em função das

escolhas dos indivíduos acerca da inserção dos trabalhadores nas empresas de acordo com o gênero, tanto no que se refere aos empregadores, quanto aos trabalhadores ofertantes de sua mão-de-obra. Esse padrão de contratação reflete uma mentalidade discriminatória que hierarquiza e desfavorece as mulheres.

Segundo Silva (2015), a segmentação no mercado ocorre quando trabalhadores com mesma produtividade obtêm remunerações diferentes, independente das causas e durabilidade desses diferenciais. Ou seja, a segmentação não ocorre necessariamente devido à discriminação.

Ometto et al (1999) estudaram a importância da discriminação salarial e ocupacional nos estados de Pernambuco e São Paulo, utilizando as PNADs dos anos de 1981 a 1990, exceto as de 1982 e 1986. Utilizou-se a metodologia de Brown et al., com abrangência de pessoas de 10 anos ou mais de idade, estratificadas por gênero. Para os anos estudados, constatou-se que tanto em Pernambuco quanto em São Paulo as mulheres ocupadas tinham um nível superior de escolaridade e concentravam-se na zona urbana; porém, tinham, em média, menos idade e uma menor participação na posição de empregador.

Ao estimarem o modelo, concluiu-se que o diferencial de qualificação entre os gêneros explicava uma pequena parcela da desigualdade de remuneração no estado de São Paulo, além de contribuir para a redução dessa desigualdade no estado do Pernambuco. Essa desigualdade estaria mais relacionada com os critérios sexistas de seleção de mão-de-obra e de remuneração.

Analisando especificamente o estado de São Paulo, concluiu-se que a discriminação salarial nesse estado tinha uma tendência decrescente. Porém, a desigualdade de rendimentos foi explicada por diferenças ocupacionais que não são devidas à qualificação, o que indica a necessidade de fomento da participação feminina em ocupações predominantemente consideradas como masculinas. Já em relação ao estado do Pernambuco, não houve evidências de diminuição da discriminação no período analisado, sugerindo-se uma política rígida no sentido de penalizar critérios de remuneração aos atributos produtivos de cada gênero que sejam sexistas (OMETTO *et al.*, 1999).

Tais resultados corroboram a ideia de que a diferença de salários entre os gêneros consiste em um dos principais mecanismos de flexibilização do mercado de trabalho, verificando-se a existência de vantagens de contratação e salários para pessoas do gênero masculino, além de se oporem à ideia defendida por Becker (1985) de que as mulheres investiriam menos em capital humano voltado para o mercado, e que esse seria um dos

motivos de obterem desvantagem no mercado. Dessa maneira, a discriminação de gênero produz hierarquias na Divisão do Trabalho, tanto em relação aos salários, como em relação às ocupações, posições na ocupação e ramos de atividade em que os gêneros se inserem.

Segundo Hirata e Kergoat (2007), outro fator considerado como importante para as empresas é a capacidade da mulher de “conciliar” o trabalho doméstico com o trabalho no mercado. O que corrobora a teoria defendida por Becker de que o trabalho doméstico não-pago é um fator limitante do aumento da remuneração do trabalho feminino no mercado, principalmente dentre as pessoas casadas (BECKER, 1985).

Souza (2009) analisa a influência que os filhos exercem sobre a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro com base nas PNADs das décadas de 1990 e 2000. Foram utilizadas fontes de variação exógena na fecundidade, ou seja, uma variação não planejada e/ou não esperada.

O pressuposto é de que a participação feminina no trabalho no mercado é função tanto de suas características pessoais (como educação e idade) como de suas características familiares (como o estado civil e a presença de filhos, inclusive suas idades e sexo), sendo que o efeito do primeiro filho sobre a oferta da mão de obra feminina é diferente do efeito do segundo, e assim por diante.² Os efeitos dos filhos sobre a participação feminina no mercado de trabalho foram estimados relacionados à participação da mulher na população economicamente ativa (PEA) e a condição de ocupação (se ocupadas ou não).

Tanto na década de 1990 quanto na de 2000, o efeito do primeiro filho afetou mais negativamente a participação no mercado de mães entre 15 e 39 anos de idade do que de mães entre 40 a 49 anos, apresentando uma tendência de queda desse efeito entre as décadas. É importante salientar que na década de 1990 havia uma menor probabilidade de mulheres mais velhas estarem ocupadas ao terem o primeiro filho comparativamente às mais jovens; já

² Para estimar o efeito do primeiro filho foi utilizada como proxy exógena para a fecundidade a ocorrência de natimortos, assim, mulheres que tinham apenas um filho (e nenhum natimorto) são a variável controle e a variável tratada são mulheres que não tinham filhos mas já haviam tido ao menos um natimorto. A estimativa do efeito do segundo filho foi feita com a utilização da variável proxy para um aumento exógeno na fecundidade, o nascimento de gêmeos. Assim, as mulheres que tiveram gêmeos na primeira gravidez correspondem à variável tratada, e as mulheres que tinham apenas um filho correspondem à variável controle. Por fim, para estimar o efeito do terceiro ou mais filhos foi utilizada uma variável instrumental com base na preferência dos pais por terem filhos de ambos os sexos, devido a evidências de que pais cujos dois primeiros filhos são do mesmo sexo apresentam maior probabilidade de terem um terceiro filho ou mais do que pais cujos dois primeiros filhos são de sexos diferentes. Para facilitar a análise comparada desses efeitos, uma vez que utilizam variáveis proxys diferentes, foi realizada uma padronização metodológica das estimativas com base em uma única variável proxy para fertilidade e uma mesma metodologia.

nos anos 2000 há um aumento do efeito negativo do primeiro filho para mães mais jovens e o seu desaparecimento para mães mais velhas.

Na década de 1990, o segundo filho não apresentou efeitos sobre a probabilidade de todas as mães de 15 a 49 anos estarem inseridas no mercado de trabalho; porém, na década de 2000 o segundo filho passou a afetar negativamente essa probabilidade. Desagregando a amostra total de mães por faixa etária do segundo filho, constatou-se que o segundo filho tem um efeito negativo somente para mães de filhos pequenos, principalmente quando os mesmos têm no máximo dois anos de idade. Entre as décadas de 1990 e 2000 houve uma diminuição do efeito negativo do segundo filho sobre a probabilidade de inserção feminina no trabalho no mercado.

Em relação aos efeitos de um terceiro ou mais filhos, esses foram significativamente mais negativos para mulheres mais velhas, ao contrário dos efeitos do primeiro e do segundo filho, que foram mais significativos para mulheres mais jovens. Além disso, houve uma tendência de aumento do efeito do terceiro ou mais filhos entre as décadas, ao contrário dos demais. Após a padronização dos efeitos, restando apenas os efeitos das ordens de nascimento de cada filho, constatou-se que o primeiro e o terceiro reduzem mais a probabilidade da participação das mães no mercado de trabalho do que o segundo filho. É de se esperar que o efeito do primeiro filho seja realmente grande sobre a participação feminina, uma vez que os pais ainda precisam adquirir as habilidades necessárias para cuidar de um filho e habituar-se a essa realidade. Já o nascimento do segundo filho é acompanhado da habilidade desenvolvida com o primeiro filho, o que torna a adaptação mais rápida, enquanto o nascimento de um terceiro ou mais filhos pode ter um efeito maior do que o segundo devido ao fato de que três ou mais filhos significa uma família muito numerosa e trabalhosa (SOUZA, 2009).

A diminuição dos efeitos dos filhos sobre a participação feminina no mercado de trabalho entre as décadas pode indicar uma transformação cultural com efeitos na DTG, mas não necessariamente. A diminuição dos efeitos também pode ocorrer devido a um aumento dos gastos com os filhos, como creches e contratação de trabalhador doméstico. Esse aumento nos gastos possibilitaria a diminuição de horas dedicadas aos cuidados dos filhos para as mães, o que reduziria seus efeitos sobre a participação feminina no mercado de trabalho. Nesse caso, haveria uma reconfiguração na DTG no que tange à influência dos filhos na participação feminina, e não uma transformação estrutural capaz de reduzir disparidades, uma vez que essas atividades são realizadas majoritariamente por mulheres

ainda hoje. Segundo dados da PNAD de 2012, dentre os trabalhadores domésticos pagos, mais de 90% são mulheres (SILVA, 2015).

2.2.2.1 TRABALHO DOMÉSTICO PAGO

No que tange ao trabalho doméstico pago, é importante destacar algumas observações acerca dessa ocupação no mercado de trabalho, pois sua mão-de-obra é majoritariamente feminina. Existe uma enorme disparidade entre o nível de qualificação exigido nesse trabalho e o conjunto dos demais (KON, 2005).

Segundo Silva (2015), o trabalho doméstico exige baixa qualificação, escolaridade e treinamento, consistindo uma das piores remunerações dentre as ocupações, o que demonstra a desvalorização não só do trabalho doméstico realizado pelas esposas, mas também pelas trabalhadoras domésticas.

Silva (2015) analisa o diferencial de salários das trabalhadoras domésticas brasileiras e a segmentação nesse mercado utilizando microdados da PNAD do ano de 2012 e a metodologia Oaxaca-Blinder. As trabalhadoras (somente mulheres, portanto) foram divididas em três grupos de análise: empregadas domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada; empregadas domésticas mensalistas sem carteira de trabalho assinada; e empregadas domésticas diaristas. As variáveis independentes correspondem às características das trabalhadoras, e o que não pode ser explicado por tais atributos refere-se a fatores não identificados.

Comprovada a existência de segmentação no trabalho doméstico pago brasileiro, observou-se que as trabalhadoras mensalistas com carteira de trabalho assinada são mais bem remuneradas do que as mensalistas sem carteira assinada. Esse fato é explicado tanto por suas características quanto por fatores não identificados no modelo. Já ao se comparar mensalistas com carteira assinada e diaristas, não foi verificada a existência de um diferencial significativo de salários, o que indica uma segmentação inferior entre diaristas e mensalistas com carteira assinada do que a observada anteriormente.

A autora conclui, assim, que as mensalistas sem carteira assinada defrontam-se com o maior grau de segmentação, pois o fato de não serem formalizadas não é compensado por maiores salários. Por outro lado, as trabalhadoras diaristas são, em certa medida,

recompensadas pela não formalização. Recebem um montante de remuneração próximo ao das mensalistas com carteira assinada, apesar da flexibilidade aumentar a instabilidade e vulnerabilidade legal e socioeconômica desse tipo de trabalhadora.

Considerando que o trabalho doméstico pago é realizado majoritariamente por mulheres, emprega uma grande parcela da força de trabalho feminina e consiste em uma das ocupações mais mal remuneradas do Brasil atualmente, é necessária uma observação mais atenta a essa ocupação ao se analisar a configuração da DTG no Brasil e suas mudanças, ficando a sugestão para trabalhos futuros.

3. METODOLOGIA

Para analisar a transformação ou não da DTG no Brasil na atualidade foram utilizados os microdados da PNAD por meio do software STATA, utilizando os anos de referência de 2001 e 2014. Foram considerados somente os dados referentes aos moradores da área urbana, sendo essa uma das limitações do presente estudo, já que não analisa a DTG da área rural do Brasil.

A análise baseia-se no arranjo entre o trabalho doméstico e o de mercado pago não só entre os gêneros, mas também por tipos de composição familiar para que se possa avaliar a influência dos diferentes tipos de composição na DTG: por exemplo, mulheres casadas acumulam mais horas dedicadas ao trabalho doméstico do que mulheres solteiras? E aquelas que possuem filhos? Para tanto, foram criadas novas categorias de composição familiar, uma vez que as categorias dadas pela PNAD não contemplam as necessidades do presente estudo.

Gerou-se um código para cada família moradora da área urbana a partir das variáveis número de controle, número de série e número da família. A identificação da função de cada membro da família e, conseqüentemente, o tipo de família, foi realizada de acordo com a combinação das seguintes variáveis:

- a) se é chefe da família (variável binária, sendo 0 para resposta negativa e 1 para afirmativa);
- b) se é cônjuge (variável binária, sendo 0 para resposta negativa e 1 para afirmativa);
- c) se é filho (variável binária, sendo 0 para resposta negativa e 1 para afirmativa);
- d) se possui cônjuge (variável binária, sendo 0 para resposta negativa e 1 para afirmativa);
- e) número de filhos que possui.

Aqui cabe uma observação: é possível que em um mesmo domicílio residam agregados ou mais de um núcleo familiar, como, por exemplo, um filho que mora com seus pais junto de sua esposa e filhos. Devido a esses fatores, não é indicado dividir a análise por códigos de domicílios, e sim por códigos de famílias. As categorias de composição familiar estabelecidas são:

Quadro 1 - Categorias de composição familiar

Categoria	Significado
Mulher sem filhos	mulheres solteiras sem filhos
Homem sem filhos	homens solteiros sem filhos
Mulher com filhos	mães solteiras
Homem com filhos	pais solteiros
Mulher chefe de família sem filhos	mulheres casadas, sem filhos, com o maior rendimento do lar
Mulher cônjuge sem filhos	mulheres casadas, sem filhos, cujos maridos tinham o maior rendimento no lar
Homem chefe de família sem filhos	homens casados, sem filhos, com o maior rendimento do lar
Homem cônjuge sem filhos	homens casados, sem filhos, cujas esposas tinham o maior rendimento no lar
Mulher chefe de família com filhos	mães casadas com o maior rendimento do lar
Mulher cônjuge com filhos	mães casadas cujos maridos tinham o maior rendimento no lar
Homem chefe de família com filhos	pais casados com o maior rendimento do lar
Homem cônjuge com filhos	pais casados cujas esposas tinham o maior rendimento no lar

Fonte: Elaboração própria

Inicialmente, é apresentado um panorama geral da população economicamente ativa para os anos de referência por composição familiar, como o total de pessoas ocupadas, total de pessoas ocupadas no ramo agrícola e total de pessoas ocupadas no ramo não-agrícola. Porém, optou-se por limitar a abrangência dos dados por uma questão de complexidade. Assim, a análise da DTG no presente estudo compreende somente pessoas ocupadas no ramo não-agrícola e de famílias residentes na área urbana. Como a maior parte das pessoas da área urbana é empregada no ramo não-agrícola, considerou-se que o estudo da DTG nesse ramo seria um bom representativo da área urbana, o que, ainda assim, consiste uma limitação.

Foram necessárias algumas adaptações nos dados para viabilizar a comparação entre os anos estudados. Em 2002 houve a elevação do limite mínimo de idade na PNAD para a investigação de trabalho e rendimento, passando de 5 anos para 10 anos. Dessa forma, os dados de 2001 foram limitados a pessoas de 10 anos ou mais de idade. É importante salientar

que apesar de os dados não se restringirem a pessoas em idade marital, não há consequências práticas nos resultados obtidos, pois os indivíduos são separados por suas funções nas famílias, não sendo analisados aqueles na condição de filho.

De 1981 a 2003 a abrangência geográfica da PNAD excluía a área rural da antiga Região Norte, ou seja: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Em 2004 a abrangência geográfica da PNAD passa a cobrir todo o território nacional, incorporando à pesquisa a área rural dessas seis unidades da federação, o que implica divergência entre os dados de 2001 e 2014. Porém, para a presente análise, tal divergência não apresenta consequências práticas, uma vez que é estudada somente a área urbana.

Sendo uma pesquisa de amostra probabilística, a expansão da amostra é realizada via estimadores para a projeção da população, ou seja, são estabelecidos pesos para saber quantos indivíduos uma pessoa referida representa. Dessa maneira, todos os dados foram analisados considerando-se os pesos para expandir a amostra e obter as estimativas populacionais. No presente estudo, são consideradas somente pessoas que responderam a todas as perguntas das variáveis analisadas, excluindo-se aqueles classificados como “ignorado” ou “não aplicável”. Todos os dados coletados são relativos à semana de referência das pesquisas de cada ano.

3.1 VARIÁVEIS ANALISADAS

Alfabetização

Segundo as Notas Metodológicas da PNAD, tanto de 2001 quanto de 2014, são consideradas pessoas alfabetizadas todas aquelas que sabem ler e escrever ao menos um bilhete simples na língua que conhecem, sendo ela o português ou não. Dada a gritante diferença entre um indivíduo alfabetizado (segundo tal definição da PNAD), um letrado e um com elevada qualificação, é necessária a análise de outra variável mais precisa de educação, além da alfabetização.

Anos de estudo

Devido à mudança no tempo de duração do ensino fundamental, houve uma adaptação na classificação de anos estudo da PNAD de tal forma que torne os anos anteriores

a tal mudança comparáveis aos posteriores. Assim, para a contagem de anos de estudo do ensino fundamental com 9 anos, a primeira série concluída com aprovação foi classificada como menos de 1 ano de estudo, a segunda, como 1 ano de estudo, e assim por diante, dado que a nona série é classificada como 8 anos de estudo.

Horas dedicadas por semana ao trabalho doméstico não pago

Por trabalho doméstico não-pago entende-se a realização de atividades ligadas à manutenção física do lar, providência e preparo de alimentos, coordenação de trabalhadores domésticos e cuidado dos filhos, por definição metodológica da PNAD, tanto de 2001 quanto de 2014. São consideradas horas inteiras, sendo que 30 minutos ou mais correspondem a uma hora, desprezando-se períodos inferiores a 30 minutos.

Horas trabalhadas por semana

Serão analisadas as horas trabalhadas por semana no principal. A variável é dividida em categorias de intervalos de horas, desprezando-se períodos inferiores a trinta minutos. Foram excluídos aqueles sem declaração ou não aplicável. As variáveis incluem também as horas habitualmente ocupadas fora do local de trabalho com tarefas relacionadas com a sua ocupação no trabalho a que se refere.

Número de trabalhos

O número de trabalhos refere-se à quantidade de empreendimentos nos quais a pessoa trabalhou na semana de referência, tanto em 2001 quanto em 2014. As categorias “trabalho na produção para próprio consumo” e “construção para o próprio uso” referem-se a pessoas que não tiveram qualquer outro trabalho remunerado ou sem remuneração na semana de referência. Dessa forma, tais categorias não são analisadas no presente estudo, uma vez que compreende somente pessoas ocupadas no mercado de trabalho pago.

Ocupação no trabalho principal

As ocupações apresentam divergências entre as classificações da PNAD dos anos de 2001 e 2014. No ano de 2001, a relação de códigos de ocupação não apresentava um rótulo geral para cada grupo de ocupações. Dessa maneira, um mesmo código era dado a diversas ocupações e não havia um rótulo geral para elas. Já no ano de 2014, foi dado um código único para cada ocupação, além de um rótulo geral para cada grupo de ocupações,

sendo adotado no presente estudo. Para que fosse realizável a comparação entre os anos, foi dado um rótulo geral para cada grupo de ocupações do ano de 2001 de elaboração própria da autora. Nas Tabelas 8 e 9 são apresentados os rankings por gênero das 10 ocupações que concentram mais pessoas, acompanhados de seus respectivos códigos determinados pela PNAD.

Posição na ocupação

No presente estudo são consideradas as seguintes categorias de posição na ocupação:

- a) empregado com carteira: toda pessoa que trabalhava para um empregador com carteira de trabalho assinada, cumprindo uma jornada de trabalho e recebendo uma contrapartida para tanto, seja em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios;
- b) militares: compreende todos aqueles que prestavam serviço militar obrigatório, militares do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica;
- c) funcionário público estatutário: todos aqueles regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, sendo eles de autarquias, municipais, estaduais e federais;
- d) trabalhador doméstico: toda pessoa que prestava serviço doméstico remunerado, seja em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares, com e sem carteira de trabalho assinada;
- e) conta própria: toda pessoa que explorava o próprio empreendimento, acompanhada de sócio ou não, e sem ter empregado, contando ou não com ajuda não remunerada;
- f) empregador: toda pessoa que trabalhava em empreendimento próprio, contando com ao menos um empregado;
- g) não remunerado: essa categoria engloba os trabalhadores não remunerados membros de unidade domiciliar e outros trabalhadores não remunerados. Por trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar entende-se aqueles que trabalhavam ao menos uma hora por semana ajudando um membro de sua unidade domiciliar, e por outros trabalhadores não remunerados entende-se toda pessoa que trabalhava sem remuneração, por ao menos uma hora por semana, na posição de aprendiz, estagiário ou ajudante de instituições religiosas, beneficentes ou cooperativas;

Para possibilitar a comparação entre os anos, foram excluídos os dados do ano de 2001 referentes a empregados sem declaração de carteira e trabalhador doméstico sem

declaração de carteira, uma vez que tais dados não estão presentes no ano de 2014. Não são considerados trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso, visto que envolve atividades da agricultura e para o próprio uso na unidade domiciliar.

Atividade

A atividade do empreendimento no ano de 2001 é definida por meio do ramo do negócio, para o qual a pessoa trabalhava, seja ele uma organização, empresa ou entidade. No caso de pessoas empregadoras ou conta própria, é utilizada a ocupação que exerciam para a classificação. Já no ano de 2014 houve uma mudança, as atividades foram classificadas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar, a CNAE-Domiciliar, aderindo, assim, à padronização nacional e internacional de classificação das atividades. Dessa maneira, houve reagrupamento de algumas atividades e desagregação de algumas atividades de serviços. Por exemplo, no ano de 2001 havia o ramo “Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas”; já no ano de 2014 esse ramo foi desagregado em “Outras atividades” e “Atividades maldefinidas”. Esses dois ramos de 2014 foram agregados no presente estudo como “Outras atividades e atividades maldefinidas” para facilitar a comparação entre os anos. No presente estudo, são analisados os ramos de atividade apenas do trabalho principal.

Rendimento mensal do trabalho

É analisado também o valor do rendimento mensal do trabalho principal. O rendimento de 2001 foi deflacionado pelo deflator para rendimentos da PNAD disponibilizado no Ipeadata com base no ano de 2014 para possibilitar a comparação entre os anos analisados.

Com relação aos empregados e trabalhadores domésticos, é considerada a remuneração bruta mensal (sem excluir o salário família e descontos de previdência, IR, faltas e afins, e excluindo-se salários subsequentes ao décimo segundo, participações de lucro e a parcela recebida em benefícios) a que tinha direito normalmente ou, no caso de rendimento variável, a remuneração média mensal no mês de referência.

Já no que tange aos empregadores e conta-própria, é considerado como rendimento mensal a retirada mensal que normalmente fazia ou, quando variável, a retirada média mensal no mês de referência. A retirada compreende o rendimento bruto menos

despesas com o empreendimento da pessoa que trabalhava como conta própria ou empregadora.

Contribuição para instituto de previdência no trabalho principal

A contribuição aqui analisada refere-se à contribuição para instituto de previdência federal, estadual ou municipal no trabalho principal, na semana de referência.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão analisados os dados de pessoas ocupadas da área urbana no ramo não agrícola. As tabelas 1 e 2 apresentam o número de pessoas por composição familiar, além dos percentuais de pessoas na PEA e de pessoas ocupadas nos anos de 2001 e 2014, respectivamente. A Tabela 3 apresenta a variação percentual dos valores observados nas Tabelas 1 e 2. Ou seja, é a variação percentual do número de pessoas, do percentual de pessoas na PEA e do percentual de pessoas ocupadas entre 2001 e 2014.

De acordo com as Tabelas 1 e 2, a esmagadora maioria das composições familiares da área urbana apresenta mais de 90% das pessoas ocupadas no ramo não-agrícola, tanto no ano de 2001 quanto no ano de 2014. Assim, é razoável dizer que o estudo da DTG nesse ramo é um bom representativo da DTG na área urbana do Brasil.

No ano de 2001 havia a maior concentração do número de pessoas no tipo de composição familiar casal com filhos, sendo o homem o chefe da família e a mulher, cônjuge, conforme a Tabela 1. A composição menos expressiva consistia no tipo casal sem filhos, sendo a mulher a chefe da família e o homem o cônjuge.

Tabela 1 - Número de pessoas, percentual de pessoas economicamente ativas, percentual de ocupação segundo a composição familiar no Brasil urbano, 2001

Composição Familiar	Número de Pessoas	PEA	Pessoas Ocupadas		
			Total	Agrícola	Não-agrícola
Mulher sem filhos	3,334,324	45.54%	42.52%	5.89%	94.11%
Homem sem filhos	2,519,122	77.48%	72.50%	9.35%	90.65%
Mulher com filhos	8,353,143	60.85%	53.27%	4.11%	95.87%
Homem com filhos	906,552	70.14%	65.29%	10.70%	89.30%
Mulher chefe de família sem filhos	306,004	60.33%	55.25%	2.95%	97.05%
Mulher cônjuge sem filhos	5,646,913	47.43%	42.14%	7.06%	92.94%
Homem chefe de família sem filhos	5,646,888	71.57%	67.81%	11.01%	88.99%

Composição Familiar	Número de Pessoas	PEA	Pessoas Ocupadas		
			Total	Agrícola	Não-agrícola
Homem cônjuge sem filhos	306,006	72.26%	64.12%	5.39%	94.61%
Mulher chefe de família com filhos	880,259	66.09%	59.25%	2.94%	97.06%
Mulher cônjuge com filhos	21,999,178	52.10%	46.40%	5.93%	94.06%
Homem chefe de família com filhos	21,999,292	89.57%	85.35%	8.85%	91.14%
Homem cônjuge com filhos	880,250	86.13%	79.06%	3.94%	96.06%
Total	72,777,931	67.08%	61.92%	7.58%	92.41%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2001.

Tabela 2 - Número de pessoas, percentual de pessoas economicamente ativas, percentual de ocupação segundo a composição familiar no Brasil urbano, 2014

Composição Familiar	Número de Pessoas	PEA	Pessoas Ocupadas		
			Total	Agrícola	Não-agrícola
Mulher sem filhos	6,551,572	45.70%	43.54%	4.59%	95.41%
Homem sem filhos	5,189,553	73.99%	71.23%	7.01%	92.99%
Mulher com filhos	10,424,154	60.33%	55.27%	2.71%	97.29%
Homem com filhos	1,264,637	67.42%	64.58%	7.50%	92.50%
Mulher chefe de família sem filhos	2,676,214	56.88%	52.96%	3.50%	96.50%
Mulher cônjuge sem filhos	9,025,091	51.50%	48.19%	4.70%	95.30%
Homem chefe de família sem filhos	9,005,400	70.35%	68.16%	9.16%	90.84%
Homem cônjuge sem filhos	2,656,501	74.57%	72.13%	7.48%	92.52%
Mulher chefe de família com filhos	5,830,664	62.12%	57.07%	3.09%	96.91%

Composição Familiar	Número de Pessoas	PEA	Pessoas Ocupadas		
			Total	Agrícola	Não-agrícola
Mulher cônjuge com filhos	19,521,884	59.98%	55.69%	3.77%	96.23%
Homem chefe de família com filhos	19,502,778	88.07%	85.54%	6.96%	93.04%
Homem cônjuge com filhos	5,811,596	89.25%	86.51%	7.07%	92.93%
Total	97,460,044	67.88%	64.50%	5.72%	94.28%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2014.

De acordo com a Tabela 3, pode-se observar um aumento de 33,9% no número de pessoas entre o ano de 2001 e o de 2014.

Houve uma redução de aproximadamente 11% na concentração de pessoas na composição familiar do tipo casal com filhos com homem chefe e mulher cônjuge, e um aumento de aproximadamente 770% na concentração de pessoas na composição familiar do tipo casal sem filhos com mulher chefe de família e homem cônjuge, representando o maior aumento de concentração dentre as composições familiares. A composição casal com filhos com mulher chefe de família e homem cônjuge teve o segundo maior aumento, de aproximadamente 560%, seguida de mulheres e homens solteiros sem filhos.

Tabela 3 - Variação percentual do número de pessoas da proporção de pessoas economicamente ativas e do percentual de pessoas ocupadas, segundo composição familiar no Brasil urbano entre 2001 e 2014

Composição Familiar	$\Delta\%$ Número de Pessoas	$\Delta\%$ PEA	Variação no Percentual de Pessoas Ocupadas		
			Total	Agrícola	Não-agrícola
Mulher sem filhos	96.49%	0.35%	2.40%	-22.07%	1.38%
Homem sem filhos	106.01%	-4.50%	-1.74%	-25.09%	2.59%
Mulher com filhos	24.79%	-0.84%	3.75%	-34.09%	1.48%
Homem com filhos	39.50%	-3.89%	-1.08%	-29.93%	3.58%
Mulher chefe de família sem filhos	774.57%	-5.72%	-4.16%	18.83%	-0.57%
Mulher cônjuge sem filhos	59.82%	8.57%	14.33%	-33.44%	2.54%

Composição Familiar	$\Delta\%$ Número de Pessoas	$\Delta\%$ PEA	Variação no Percentual de Pessoas Ocupadas		
			Total	Agrícola	Não-agrícola
Homem chefe de família sem filhos	59.48%	-1.70%	0.52%	-16.83%	2.08%
Homem cônjuge sem filhos	768.12%	3.20%	12.49%	38.79%	-2.21%
Mulher chefe de família com filhos	562.38%	-6.00%	-3.68%	5.23%	-0.16%
Mulher cônjuge com filhos	-11.26%	15.11%	20.03%	-36.37%	2.30%
Homem chefe de família com filhos	-11.35%	-1.67%	0.23%	-21.34%	2.08%
Homem cônjuge com filhos	560.22%	3.62%	9.43%	79.34%	-3.26%
Total	33.91%	1.19%	4.17%	-24.52%	2.02%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2001 e 2014.

Tal fato pode indicar uma reconfiguração das composições familiares, devido ao aumento significativo no número de casais e solteiros sem filhos comparativamente ao aumento total no número de casais e solteiros com filhos, o que pode estar associado à queda da fertilidade. Já o expressivo aumento do número de mulheres chefes de família pode estar associado a uma mudança na qualidade ou divisão do trabalho entre os gêneros.

No que tange à fertilidade, é curioso o expressivo aumento combinado de mulheres chefes de família e ao mesmo tempo sem filhos, pois, conforme observado por Becker (1985), o aumento do rendimento pode reduzir a disposição para se ter filhos e, conseqüentemente, a fertilidade. Já no que tange à qualidade e divisão do emprego, o significativo aumento entre os dois anos do número de mulheres chefes de família (tanto mulheres casadas com filhos quanto sem filhos) pode indicar o aumento da qualidade do emprego feminino, precarização do emprego masculino, aumento da jornada de trabalho da mulher ou, mudança na divisão por gênero entre os setores de atividade, sendo necessária a análise das demais variáveis estudadas.

É importante destacar as elevadas variações de pessoas ocupadas no trabalho agrícola entre as composições familiares entre o ano de 2001 e o de 2014, o que poderia indicar uma mudança nos padrões familiares em emprego agrícola brasileiro. Aqui é

importante salientar, mais uma vez, que todos os dados apresentados nesse estudo, inclusive do trabalho agrícola, referem-se a pessoas da área urbana. O grande aumento de homens cônjuges com filhos no ramo agrícola, 79,34%, e a redução de 21,34% de homens chefes de família com filhos nesse mesmo ramo não foram acompanhados de um aumento proporcional de mulheres chefes de família com filhos empregadas no ramo agrícola. Segundo Lopes e Pontili (2007) ao analisar a contribuição dos rendimentos da mulher alocada no ramo agrícola para a renda familiar no Paraná (utilizando dados de 1997 e 2004), houve uma redução na participação da renda da mulher na renda da família empregada no ramo agrícola. Um dos possíveis fatores explicativos levantados pelas autoras seria o êxodo rural do trabalho feminino, ou seja, famílias que antes tinham todos os seus componentes empregados no ramo agrícola teriam agora componentes que migraram para o ramo não-agrícola, as mulheres.

Porém, como no presente estudo não serão analisadas as demais variáveis do emprego agrícola em conjunto ao não-agrícola, não é possível inferir sobre mudanças na DTG entre esse ramo e o não-agrícola, consistindo uma das principais limitações desse estudo.

Pode-se observar também que houve um expressivo aumento no percentual de ocupação de mulheres na condição de cônjuges com filhos, bem como na população economicamente ativa (PEA), apesar da redução no número total de pessoas nessa condição. Isso indica que essas mulheres deixaram de trabalhar exclusivamente no lar para ingressar no mercado de trabalho, o que poderia ser um dos motivos da redução no número de pessoas nessa condição e aumento no número de mulheres chefes de família com filhos, uma vez que, ao ingressarem no mercado, torna-se possível que essas mulheres passem da condição de cônjuges com filhos para chefes com filhos.

No que se refere à educação, de acordo com a Tabela 4, que apresenta o percentual de pessoas alfabetizadas por composição familiar (tanto do ano de 2001 quanto de 2014), houve uma suave elevação dos percentuais de alfabetização entre os dois anos analisados para todos os tipos de composição familiar. A maior parte, nos dois anos, é composta de mais de 90% de pessoas que sabem ler e escrever, com exceção de homens solteiros com filhos em 2001.

Isso é esperado de pessoas que moram na área urbana e empregadas no ramo não agrícola, pois, no geral, tal ramo exige níveis educacionais mais elevados, além de a educação ser mais acessível na área urbana. Conforme dito anteriormente, é descrito pela PNAD como alfabetizado todo indivíduo que sabe ao menos ler e escrever um bilhete simples, o que pode ser significativo para postos de trabalho que exigem baixo nível de

instrução. Os três maiores percentuais de alfabetização de cada ano considerado são compostos por mulheres casadas. Pais solteiros apresentaram o maior aumento no percentual de pessoas alfabetizadas entre os anos, seguidos de mães solteiras e pais chefes de família, respectivamente. Porém, para que se possa delinear a qualificação das pessoas ocupadas estudadas, é necessária a observação de uma variável mais precisa de educação, os anos de estudo.

Tabela 4 - Percentual de pessoas que sabem ler e escrever segundo a composição familiar no Brasil urbano, 2001 e 2014

Composição Familiar	Sabe ler e escrever		Variação
	2001	2014	
Mulher sem filhos	93.73%	97.08%	3.35%
Homem sem filhos	93.53%	96.27%	2.74%
Mulher com filhos	92.52%	96.91%	4.38%
Homem com filhos	88.70%	94.57%	5.87%
Mulher chefe de família sem filhos	97.09%	98.35%	1.26%
Mulher cônjuge sem filhos	95.37%	97.92%	2.55%
Homem chefe de família sem filhos	94.25%	96.50%	2.25%
Homem cônjuge sem filhos	94.41%	94.92%	0.51%
Mulher chefe de família com filhos	94.79%	98.16%	3.36%
Mulher cônjuge com filhos	95.73%	98.71%	2.99%
Homem chefe de família com filhos	93.68%	97.06%	3.38%
Homem cônjuge com filhos	93.25%	95.71%	2.45%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2001 e 2014.

De acordo com a Tabela 5, que apresenta o percentual de pessoas em cada intervalo de anos de estudo do ano de 2001, as mulheres apresentavam maiores concentrações nas categorias intermediárias de anos de estudo, com exceção de mulheres solteiras sem filhos e mulheres chefes de família sem filhos, que se concentravam na categoria sem instrução e menos de 1 ano de estudo. As demais concentravam-se entre as categorias de 5 a 9 anos e 10 a

14 anos de estudo. Os homens apresentavam maiores concentrações nas categorias sem instrução e menos de 1 ano e de 5 a 9 anos de estudo, sendo homens solteiros com e sem filhos e homens cônjuge sem filhos concentrados em sem instrução e menos de 1 ano, e os demais de 5 a 9 anos de estudo.

No geral, as mulheres apresentaram maiores níveis de instrução que os homens, principalmente as mulheres cônjuges com e sem filhos e as chefes de família com filhos, e esse é um ponto interessante de se notar. Segundo Becker (1985), mulheres casadas teriam seus rendimentos por hora reduzidos devido à diminuição em suas produtividades ocasionada pelo trabalho doméstico, o que afetaria o investimento em capital humano, especializando-se em atividades menos exigentes. No entanto, essas mulheres apresentaram níveis educacionais mais elevados do que seus respectivos cônjuges, o que coloca em dúvida possíveis desvantagens salariais para essas mulheres que sejam devidas ao seu baixo investimento em capital humano em relação ao gênero masculino.

Tabela 5 - Percentual de pessoas segundo classes de anos de estudo e composição familiar no Brasil urbano, 2001

Composição Familiar	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 anos ou mais	total
Mulher sem filhos	52.84%	9.05%	9.44%	18.19%	10.48%	100.00%
Homem sem filhos	23.67%	17.67%	22.12%	23.42%	13.13%	100.00%
Mulher com filhos	9.03%	24.10%	30.79%	27.62%	8.45%	100.00%
Homem com filhos	36.69%	22.93%	19.21%	14.79%	6.37%	100.00%
Mulher chefe de família sem filhos	44.57%	9.53%	12.93%	21.09%	11.89%	100.00%
Mulher cônjuge sem filhos	5.23%	16.53%	24.88%	38.71%	14.66%	100.00%
Homem chefe de família sem filhos	2.89%	24.86%	31.13%	30.18%	10.95%	100.00%
Homem cônjuge sem filhos	26.80%	12.80%	26.06%	25.23%	9.11%	100.00%

Composição Familiar	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 anos ou mais	total
Mulher chefe de família com filhos	13.80%	20.15%	24.57%	31.28%	10.20%	100.00%
Mulher cônjuge com filhos	0.34%	22.62%	30.10%	33.53%	13.41%	100.00%
Homem chefe de família com filhos	0.09%	28.59%	35.85%	26.82%	8.66%	100.00%
Homem cônjuge com filhos	0.98%	27.67%	36.68%	27.46%	7.21%	100.00%
Total	7.14%	23.83%	30.32%	28.30%	10.41%	100.00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2001.

Já segundo a Tabela 6, que apresenta as mesmas informações que a Tabela 5, porém para o ano de 2014, observa-se uma interessante concentração de pessoas na categoria de 10 a 14 anos de estudo em todas as composições familiares, o que torna mais expressivo o avanço dos homens nos anos de estudo entre os anos analisados, principalmente daqueles que concentravam-se majoritariamente na categoria de sem instrução e menos de 1 ano em 2001, ou seja, homens solteiros com e sem filhos e homens cônjuge sem filhos.

Tabela 6 - Percentual de pessoas segundo classes de anos de estudo e composição familiar no Brasil urbano, 2014

Composição Familiar	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 anos ou mais	Total
Mulher sem filhos	3.71%	11.24%	15.04%	41.90%	28.11%	100.00%
Homem sem filhos	4.59%	13.34%	23.96%	39.63%	18.48%	100.00%
Mulher com filhos	4.31%	13.11%	27.79%	41.41%	13.37%	100.00%
Homem com filhos	6.39%	15.07%	29.42%	37.56%	11.56%	100.00%
Mulher chefe de família sem filhos	2.68%	10.07%	16.50%	46.82%	23.93%	100.00%

Composição Familiar	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 anos ou mais	Total
Mulher cônjuge sem filhos	3.06%	8.78%	17.92%	45.92%	24.32%	100.00%
Homem chefe de família sem filhos	4.90%	13.82%	25.10%	39.70%	16.47%	100.00%
Homem cônjuge sem filhos	6.48%	14.72%	26.49%	38.57%	13.73%	100.00%
Mulher chefe de família com filhos	2.94%	8.53%	23.87%	44.75%	19.92%	100.00%
Mulher cônjuge com filhos	2.41%	8.15%	22.49%	45.97%	20.98%	100.00%
Homem chefe de família com filhos	4.55%	13.38%	27.98%	41.09%	13.01%	100.00%
Homem cônjuge com filhos	5.59%	13.50%	31.99%	38.65%	10.28%	100.00%
Total	4.10%	11.83%	25.08%	42.10%	16.89%	100.00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2014.

O aumento expressivo no número de mulheres chefes de família com e sem filhos, relacionado à mudança na configuração da educação dentre as composições familiares, pode indicar ainda outro ponto importante de se observar. Esse aumento pode estar relacionado à grande elevação nos anos de estudo dessas mulheres, principalmente as chefes de família sem filhos, que em 2001 concentravam-se em sem instrução e menos de 1 ano de estudo, e em 2014 passam a se concentrar em 10 a 14 anos, seguido de 15 anos ou mais estudo. O fato de não possuírem filhos pode ter sido um facilitador do avanço na educação dessas mulheres, uma vez que dispõem de mais tempo para dedicar a outras atividades que não o cuidado do lar (que inclui o cuidado dos filhos).

O aumento nos anos de estudo dos homens de maneira mais acentuada do que o das mulheres poderia resultar em um fator desacelerador ou mesmo inibidor de uma transformação positiva na DTG. Segundo Madalozzo et al. (2010), o retorno do investimento em educação é menor para as mulheres do que para os homens, pois eles recebem

remunerações mais elevadas para mesmos níveis de instrução, o que pode ser definido como discriminação pós-mercado. Dessa maneira, ao se aproximarem em anos de estudo às mulheres, poderia haver uma elevação da desigualdade de rendimentos entre os gêneros caso esse componente discriminatório exista. Portanto, é necessária a comparação pormenorizada dos rendimentos entre os anos, além das ocupações, posições na ocupação, e atividades, pois, apesar de as mulheres apresentarem mais anos de estudo, podem estar empregadas majoritariamente em ocupações, posições e mesmo atividades caracterizadas pela baixa remuneração comparativamente aos homens.

Quanto às características de trabalho, nota-se, por meio da Tabela 7, que o percentual de pessoas que tinham dois ou mais trabalhos na semana de referência era muito reduzido em todas as composições familiares, tanto em 2001 quanto em 2014. Nota-se ainda que as mulheres, com ou sem filhos, casadas ou não, apresentam os maiores percentuais - cerca de 6% em 2001 e 5% em 2014. Talvez isso seja reflexo das principais ocupações das mulheres, como professora, enfermeira ou doméstica, em que usualmente os indivíduos trabalham para mais de um empregador³. Dado que o percentual de pessoas com mais de um trabalho é reduzido, e seguindo a literatura, serão analisadas detalhadamente somente as características do trabalho principal da semana de referência.

Tabela 7 - Percentual de pessoas que tinham dois ou mais trabalhos na semana de referência por composição familiar no Brasil urbano, 2001 e 2014

Composição Familiar	2001	2014
Mulher sem filhos	7.18%	5.03%
Homem sem filhos	6.06%	5.12%
Mulher com filhos	5.21%	4.52%
Homem com filhos	4.26%	4.13%
Mulher chefe de família sem filhos	7.29%	5.63%
Mulher cônjuge sem filhos	4.22%	3.37%
Homem chefe de família sem filhos	4.45%	3.71%
Homem cônjuge sem filhos	2.14%	1.86%
Mulher chefe de família com filhos	7.02%	5.05%
Mulher cônjuge com filhos	5.43%	3.92%

³ As Tabelas 11 e 12, adiante, tratam das principais ocupações, segundo os gêneros.

Composição Familiar	2001	2014
Homem chefe de família com filhos	4.52%	4.01%
Homem cônjuge com filhos	2.94%	2.60%
Total	4.90%	3.99%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2001 e 2014.

A Tabela 8 apresenta o valor do rendimento médio mensal do trabalho principal em 2001 e 2014, sendo os valores de 2001 deflacionados pelo deflator da PNAD com base no ano de 2014. Aqueles que apresentavam os maiores rendimentos na média no ano de 2001 eram homens solteiros sem filhos, seguidos de homens chefes de família sem filhos e com filhos, respectivamente. Mulheres solteiras com filhos recebiam as piores remunerações na média, seguidas de mulheres cônjuge com filhos e mulheres cônjuge sem filhos, respectivamente. Já em 2014, aqueles que recebiam maiores rendimentos na média eram homens chefes de família sem filhos, homens chefes de família com filhos e homens solteiros sem filhos, respectivamente. Mulheres solteiras com filhos continuaram recebendo as piores remunerações na média, seguidas de mulheres cônjuge com filhos e mulheres chefes de família com filhos, respectivamente.

Tabela 8 - Valor do rendimento médio mensal do trabalho principal na semana de referência por composição familiar no Brasil urbano, 2001 e 2014

Composição Familiar	Média de 2001	Média de 2014	Variação Salarial
Mulher sem filhos	R\$1678.30	R\$2125.89	26.67%
Homem sem filhos	R\$2221.45	R\$2440.80	9.87%
Mulher com filhos	R\$1040.91	R\$1374.34	32.03%
Homem com filhos	R\$1730.90	R\$2308.19	33.35%
Mulher chefe de família sem filhos	R\$1717.59	R\$1794.42	4.47%
Mulher cônjuge sem filhos	R\$1303.24	R\$1648.73	26.51%
Homem chefe de família sem filhos	R\$1990.05	R\$2486.91	24.97%
Homem cônjuge sem filhos	R\$1889.01	R\$2352.22	24.52%
Mulher chefe de família com filhos	R\$1438.84	R\$1620.05	12.59%

Composição Familiar	Média de 2001	Média de 2014	Variação Salarial
Mulher cônjuge com filhos	R\$1174.21	R\$1580.20	34.58%
Homem chefe de família com filhos	R\$1988.53	R\$2465.70	24.00%
Homem cônjuge com filhos	R\$1876.44	R\$2092.22	11.50%

Rendimento de 2001 deflacionado pelo Deflator para Rendimentos da PNAD com base no ano de 2014.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2001 e 2014.

Ou seja: nos dois anos, dentre aqueles que recebiam as melhores remunerações na média, todos eram homens; e dentre aqueles que recebiam as piores remunerações na média, todos eram mulheres com filhos, mesmo levando-se em conta os aspectos educacionais anteriormente levantados, o que sugere que talvez ter filhos seja um fator limitante da remuneração para as mulheres. Isso seria de se esperar, uma vez que as mulheres são responsabilizadas pelo cuidado dos filhos.

Apesar de as mulheres terem mais anos de estudo do que os homens na média em 2001, eles recebiam remunerações mais elevadas, cenário que se repete em 2014. No que se refere à variação da média salarial, mulheres cônjuges com filhos foram as que receberam a maior variação positiva de salário entre os anos analisados, seguidas de homens solteiros com filhos e mulheres solteiras com filhos, respectivamente. Essa maior variação dos rendimentos de mulheres cônjuges com filhos faz sentido, uma vez que houve uma elevação expressiva entre os anos na participação dessas mulheres no mercado. Mulheres chefes de família sem filhos obtiveram a menor variação positiva, seguidas de homens solteiros sem filhos e homens cônjuge com filhos.

Homens solteiros com filhos tiveram o maior acréscimo de anos de estudo dentre os homens, e, ao mesmo tempo, tiveram a segunda maior variação salarial dentre os membros de todas as composições. Todavia, quando comparados a mulheres chefes de família sem filhos, por exemplo, fica perceptível o diferencial no retorno do investimento em educação entre os gêneros.

No ano de 2001 essas mulheres eram mais concentradas em sem instrução ou menos de 1 ano de estudo do que os homens solteiros com filhos, já no ano de 2014 estas eram mais concentradas em 10 a 14 anos de estudo do que eles, o que significa a elevação de anos de estudo para um maior número de mulheres chefes de família sem filhos do que para homens solteiros com filhos. Além disso, essas mulheres tinham maior concentração entre as

categorias de 10 a 14 anos e de 15 anos ou mais de estudo do que eles, sendo, portanto, mais qualificadas. Porém, homens solteiros com filhos obtiveram vantagens no aumento de seus salários, situação que pode ser considerada como discriminação de gênero no mercado de trabalho.

Essa discriminação pode ser devida ao fato dessas pessoas, além de pertencerem ao gênero feminino, serem casadas. Segundo Kon (2002), ainda hoje as mulheres são vistas como menos produtivas pelos empregadores, principalmente quando casadas, pois pressupõe-se que estas teriam de dividir seu tempo no trabalho pago com o acréscimo no trabalho doméstico ocasionado por possuir um cônjuge, o que não consiste em um preconceito necessariamente.

Conforme observado por Madalozzo et al. (2010) ao analisar as diferentes participações de homens e mulheres em idade marital no trabalho doméstico como possível influenciador das condições no mercado utilizando dados da PNAD de 2006, concluiu-se que, para as mulheres, possuir um cônjuge implica elevação do número de horas trabalhadas no lar; enquanto que, para os homens, ocorre o inverso. No entanto, esse possível diferencial de produtividade seria devido mais ao preconceito de que às mulheres cabe o trabalho doméstico, relegando a elas essa responsabilidade, do que a um diferencial biológico entre os gêneros.

Aqui é importante ressaltar uma limitação do presente estudo: a análise do valor dos rendimentos médios aqui feita não distingue a remuneração por divisão ocupacional entre os gêneros, tanto em relação à posição na ocupação quanto aos setores de atividade em que os gêneros são empregados. Isso consiste em uma limitação, pois os padrões dessa divisão acarreta em diferenciais na remuneração, uma vez que existem setores e posições que são mais bem remunerados que outros. Sendo assim, se existem de padrões de gênero na escolha de áreas de atuação e na contratação, o diferencial de remuneração também será devido a esses padrões.

É necessário fazer algumas considerações conjuntas dos dados referentes a mulheres chefes de família sem filhos e homens cônjuges sem filhos, e mulheres chefes de família com filhos e homens cônjuge com filhos, uma vez que, juntos, constituem tipos de unidades familiares. Ao analisar seus rendimentos, é possível observar que mulheres chefes de família sem filhos obtiveram menores valores do rendimento médio no trabalho principal do que homens cônjuges sem filhos em ambos os anos, assim como mulheres chefes de família com filhos em relação a homens cônjuge com filhos. Isso seria um paradoxo, pois essas mulheres foram consideradas como chefes de família, o que, em um primeiro momento,

deixaria dúvidas quanto aos critérios de indicação dos indivíduos acerca da pessoa de referência no domicílio ao responder os questionários da PNAD, uma vez que a indicação do chefe da família pode ser por consideração simplesmente ou aquele que possui maior renda. Porém, é importante lembrar que o valor do rendimento mensal médio aqui analisado refere-se ao trabalho principal, assim, existiria uma explicação possível para esse aparente paradoxo.

Conforme é possível observar na Tabela 9, que apresenta a média do número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal por cada composição familiar, os homens apresentam as maiores médias quando comparados a mulheres em composições familiares similares, tanto no ano de 2001 como no ano de 2014. Isso ocorre mesmo nas relações em que a mulher era chefe de família e o homem o cônjuge, o que indica que essas mulheres talvez trabalhassem em mais de um emprego, em setores de atividade de remuneração mais elevada ou em posições na ocupação mais bem remuneradas do que seus maridos.

Tabela 9 - Média do número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal na semana de referência por composição familiar no Brasil urbano, 2001 e 2014

Composição Familiar	2001	2014
Mulher sem filhos	39.67	37.82
Homem sem filhos	44.49	42.02
Mulher com filhos	40.12	37.87
Homem com filhos	44.79	41.71
Mulher chefe de família sem filhos	41.94	38.05
Mulher cônjuge sem filhos	39.48	38.24
Homem chefe de família sem filhos	45.44	42.46
Homem cônjuge sem filhos	46.52	42.77
Mulher chefe de família com filhos	39.69	37.35
Mulher cônjuge com filhos	37.70	37.59
Homem chefe de família com filhos	46.83	43.43
Homem cônjuge com filhos	46.80	43.70

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2001 e 2014.

Levando em consideração a Tabela 7, mostrada anteriormente, que apresenta o percentual de pessoas que tinham dois ou mais trabalhos na semana de referência em 2001 e

2014, conclui-se que, em 2001, os maiores percentuais de pessoas que trabalhavam em mais de um emprego pertenciam a mulheres chefes de família sem filhos, com filhos e mulheres solteiras sem filhos, respectivamente. Em 2014, os maiores percentuais correspondiam a mulheres chefes de família sem filhos, com filhos e homens solteiros sem filhos, respectivamente. Portanto, no que se refere à jornada de trabalho, não se verificou uma mudança na estrutura geral, mas a diminuição das médias de horas trabalhadas, principalmente daqueles que trabalham em dois ou mais empregos, além de uma diminuição mais acentuada da média de horas de mulheres solteiras sem filhos.

Assim, o aparente paradoxo de mulheres chefes de família com e sem filhos obterem menores valores do rendimento do que seus cônjuges é desfeito, uma vez que essas mulheres têm duplas, triplas ou mais jornadas de trabalho com mais frequência do que seus maridos. Ao realizarem uma jornada de trabalho mais longa, elas acumulam rendimentos provenientes de diferentes trabalhos, o que contribuiria para o aumento do número de mulheres chefes de família. O fato de seus maridos obterem uma variação maior de rendimentos médios entre os anos e, ainda assim, aumentar o número de mulheres chefes de família pode indicar uma elevação dos ganhos totais nos demais trabalhos. Essa elevação deveria ser superior ao aumento dos rendimentos médios dos homens no trabalho principal. A mudança no status econômico da mulher dentro de suas famílias, portanto, seria devida mais ao acúmulo de trabalhos que essas mulheres realizam do que aos retornos dos incrementos educacionais em suas remunerações entre os dois anos analisados.

Aqui cabe uma reflexão interessante de se levantar. Se, segundo Kon (2002), as mulheres são consideradas, ainda hoje, como menos produtivas pelos empregadores, recebendo uma remuneração menor em relação aos homens, as chances de se disporem a buscar um segundo, terceiro emprego ou mais poderiam ser maiores para elas do que para eles. Esse acúmulo de horas trabalhadas pode reduzir a produtividade do trabalhador, e conseqüentemente, seus ganhos e a possibilidade de conquista de melhores postos de trabalho. Existiria, então, um ciclo retroalimentar da discriminação salarial entre os gêneros, e esse ciclo se refletiria na DTG, tornando a redução das disparidades mais difícil de ser alcançada. O trabalho doméstico não pago, portanto, seria uma das principais variáveis dessa análise tão pessimista, pois, segundo Torres et al. (2000), a preponderância da força feminina nesse trabalho reduz o tempo disponível para ofertar no mercado de trabalho pago, o que acarretaria em desvantagens de contratação e salários para as mulheres.

Segundo a Tabela 10, que demonstra a média do número de horas dedicadas por semana ao trabalho doméstico não pago nos anos de 2001 e 2014 por composição familiar, é visível a enorme desigualdade de distribuição do trabalho doméstico entre os gêneros. Verifica-se a transferência de trabalho doméstico dos homens para suas esposas, uma vez que homens casados, principalmente os chefes de família, são os que realizam menos horas de trabalho doméstico não pago. Esse resultado verifica-se também em Madalozzo *et al.* (2010) que, ao analisarem dados de 2006, concluíram que, para as mulheres, possuir um cônjuge implica aumento do número de horas trabalhadas no lar, e para eles ocorre a diminuição.

No ano de 2001, mesmo mulheres solteiras sem filhos trabalhavam mais horas no lar do que homens solteiros sem filhos, o que é importante destacar uma vez que entre pessoas solteiras não há transferência desse trabalho para o(a) cônjuge. Nesse caso, a diferença entre os gêneros pode ser devida à maior transferência do trabalho para trabalhadores domésticos no caso dos homens, convertendo-o em trabalho pago. O mesmo ocorre entre mulheres solteiras com filhos e homens solteiros com filhos, sendo que essas mesmas diferenças se verificaram também no ano de 2014.

Tabela 10 - Número médio de horas dedicadas por semana ao trabalho doméstico não pago no próprio domicílio por composição familiar no Brasil urbano, 2001 e 2014

Composição Familiar	2001	2014	Variação
Mulher sem filhos	17.65	16.21	-1.44
Homem sem filhos	12.98	12.38	-0.6
Mulher com filhos	21.96	20.35	-1.61
Homem com filhos	13.39	14.02	0.63
Mulher chefe de família sem filhos	18.55	18.82	0.27
Mulher cônjuge sem filhos	21.38	19.24	-2.14
Homem chefe de família sem filhos	9.55	9.72	0.17
Homem cônjuge sem filhos	11.55	9.06	-2.49
Mulher chefe de família com filhos	23.69	22.46	-1.23
Mulher cônjuge com filhos	25.67	22.70	-2.97

Composição Familiar	2001	2014	Varição
Homem chefe de família com filhos	9.52	9.91	0.39
Homem cônjuge com filhos	10.62	9.33	-1.29

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2001 e 2014.

Nos dois anos as mulheres realizavam mais horas de trabalho doméstico do que os homens em condições familiares a elas semelhantes. Ou seja, em 2001, mulheres chefes de família sem filhos trabalhavam, na média, 7 horas a mais por semana do que seus maridos no lar; mulheres cônjuge sem filhos trabalhavam, na média, 11 horas a mais por semana do que seus maridos no lar; mulheres chefes de família com filhos trabalhavam, na média, 13 horas a mais por semana do que seus maridos no lar; e, o pior dos casos, mulheres cônjuges com filhos trabalhavam, na média, 16 horas a mais por semana do que seus maridos no lar. Em 2014 essas diferenças persistiram, havendo algumas reduções e incrementos. Mulheres solteiras sem filhos tiveram uma redução maior no trabalho doméstico entre os anos do que homens solteiros sem filhos. O trabalho de mulheres solteiras com filhos também reduziu, mas o de homens solteiros com filhos sofreu um leve aumento.

É possível perceber que, apesar de as mulheres ainda trabalharem mais no lar do que os homens em 2014, houve diminuição da transferência de trabalho doméstico dos homens para as mulheres para a maioria das composições familiares, com exceção do aumento do número de horas para mulheres chefes de família sem filhos. Pode-se dizer que, no que tange ao trabalho doméstico, mulheres cônjuges com filhos têm a maior sobrecarga desse trabalho. Dentre os motivos para tanto, seria de se imaginar que um dos principais consistiria na sua taxa de ocupação. Apesar do aumento de aproximadamente 20% nessa taxa entre os anos, conforme a Tabela 3, ela continua sendo uma das mais baixas dentre as composições familiares, tanto em 2001 quanto em 2014, o que é possível observar nas Tabelas 1 e 2. Desse modo, os maridos transfeririam quase que totalmente suas horas de trabalho doméstico para suas esposas não ocupadas, carga horária essa elevada pela presença dos filhos. Porém, no presente estudo, são analisadas apenas pessoas ocupadas, assim, essas mulheres realizam uma sobrecarga adicional de trabalho não remunerado no lar elevada, além do trabalho realizado no mercado pago, que muitas vezes corresponde a mais de um trabalho. Mulheres cônjuges com filhos representam uma das composições com maiores percentuais em níveis mais altos de anos de estudo, e, apesar disso, sofrem grandes desvantagens tanto na

divisão do trabalho doméstico quanto na média do valor do rendimento mensal que obtêm no trabalho principal, apesar de terem tido o maior incremento nessa variável.

Torres *et al* (2000), obtiveram resultados semelhantes em Portugal. Ao inquirir os indivíduos sobre o seu senso de justiça ou não perante ao fato de que as mulheres realizam a maior parte do trabalho doméstico, concluiu que a maioria achava a situação justa. No entanto, dentre aqueles que consideravam essa desigualdade injusta, os homens defendiam o argumento de que suas esposas dispõem de mais tempo, enquanto as mulheres afirmavam que eles não se dispunham a fazer mais pelo lar. Segundo Becker (1985), esse conflito de opiniões tem seu cerne na incumbência simultânea de responsabilidades das mulheres no lar e no mercado, o que pode gerar conflitos no lar que alterem a composição familiar, elevando as taxas de divórcio. Nessa linha de raciocínio, a queda de aproximadamente 11% na concentração de pessoas na composição familiar do tipo casal com filhos com homem chefe e mulher cônjuge poderia ser devida, em parcela, aos divórcios, porém faltam nesse estudo dados para investigar tal afirmativa.

Pode-se dizer que o ciclo retroalimentar da discriminação salarial entre os gêneros é reforçado pelo acúmulo de horas trabalhadas pelas mulheres no lar, uma vez que reduz o tempo disponível para ofertar no mercado de trabalho pago, acarretando em desvantagens de contratação e salários para as mulheres.

Partindo do pressuposto de que o mercado de trabalho não é homogêneo e as diferentes ocupações e setores de atividades apresentam suas próprias características no que se refere ao gênero, é necessário um panorama sobre como eles se inserem nesse mercado, seus padrões e resultados nele obtidos. Dessa maneira, é possível se estabelecer uma análise mais precisa sobre a discriminação de gênero no Brasil, suas mudanças e especificidades.

As Tabelas 11 e 12 representam o ranking da ocupação exercida no trabalho principal em 2001 e 2014 por gênero, respectivamente. No ano de 2001, aproximadamente 18% das mulheres trabalhavam como empregadas, ajudantes, secretárias e afins no serviço doméstico, ou seja, de todas as mulheres ocupadas no Brasil, quase um quinto era ocupado como empregada doméstica. Em segundo lugar, aproximadamente 6% das mulheres estavam ocupadas como faxineiras, serventes, zeladoras e afins em serviços que não o doméstico, o que reflete, ainda, os padrões de ocupação femininos de limpeza e cuidados do lar. Em sétimo lugar encontram-se as diaristas e faxineiras domésticas, caracterizadas pela informalidade. Considerando a enorme gama de ocupações existentes, o fato de três dentre dez ocupações

mais realizadas por mulheres se relacionarem a um serviço tradicionalmente relegado a elas desde os primórdios, mesmo no mercado pago, é alarmante.

As ocupações expressas no terceiro e quarto lugares representam ocupações que também exigem baixos níveis de instrução e representativas do setor de serviços, atividade de grande absorção da mão-de-obra feminina, tais como a ocupação de vendedoras ambulantes em geral, sendo essa, comumente, informal, o que a torna mais precária e instável. As demais ocupações, como professoras, cozinheiras e ajudantes do serviço da saúde também seguem os padrões de gêneros existentes. A ocupação como trabalhadoras do Corpo de Bombeiros, em nono lugar, chama a atenção por não se classificar como uma ocupação tradicionalmente feminina, o que pode refletir um padrão mais moderno. No caso dos homens, também verifica-se a existência de padrões ocupacionais tradicionalmente realizados por eles. Em primeiro lugar encontra-se a ocupação de condutores de transporte em geral, concentrando aproximadamente 9% dos trabalhadores homens, uma concentração de pessoas muito menor do que a primeira posição de ocupação feminina, que concentra quase um quinto das mulheres ocupadas. Em segundo lugar, com 8,42% dos homens, tinha-se a ocupação como operário de construção e afins. Essas duas principais ocupações são caracterizadas pela baixa remuneração e alta exigência física, maior do que a intelectual, assim como no caso das mulheres. É observada também a preponderância de ocupações relacionadas ao setor de serviços, sendo importante destacar a quinta ocupação, que corresponde ao comércio de produtos e afins na qualidade de conta própria. Ou seja, 3,18% dos homens trabalhavam no próprio empreendimento de comércio de produtos e afins, acompanhados de sócio ou não, e sem empregados remunerados, o que indica, talvez, maiores níveis de rendimento.

Comparando as colunas de ocupações de homens e mulheres, percebe-se que as ocupações femininas são mais concentradas do que as masculinas.

Tabela 11 - Ocupação que exercia no trabalho principal da semana de referência: as dez ocupações que concentram mais pessoas no Brasil urbano, segundo o gênero, em 2001

Homens		Mulheres		
Ranking	Ocupação	f(%)	Ocupação	f(%)
1	751 - Condução de Transporte	8.97	807 - Empregados, ajudantes, secretárias e afins no serviço doméstico	18.02
2	512 - Operário de construção e afins	8.42	844 - Faxineiro, servente, zeladores e afins - exclusive serviço doméstico	5.83

Homens			Mulheres	
Ranking	Ocupação	f(%)	Ocupação	f(%)
3	602 - Atendentes no comércio de mercadorias e afins	3.87	602 - Atendentes no comércio de mercadorias e afins	5.25
4	927 - Estagiários, ajudantes, operadores e ocupações mal especificadas	3.23	64 - Ajudantes, analistas, cobradores, despachantes e afins	3.66
5	601 - Comércio de produtos e afins (conta própria)	3.18	215 - Professores, mestres e afins no primeiro grau do ensino	3.54
6	924 - Ajudantes, carregadores, lavadores de peças e afins	2.9	617 - Vendedores ambulantes em geral	3.54
7	513 - Ajudantes, serventes e afins na construção	2.75	804 - Diaristas e faxineiras no serviço doméstico	3.49
8	843 - Guardas, vigias, zeladores e afins	2.49	813 - Ajudantes, cozinheiros e salgadeiros - exclusive serviço doméstico	3.44
9	10 - Atendentes no comércio de mercadorias e afins (empregador)	2.48	63 - Aspirantes, Tenentes, Sargentos e afins no Corpo de Bombeiros	3.44
10	64 - Ajudantes, analistas, cobradores, despachantes e afins	1.9	162 - Ajudantes, atendentes e afins em serviços da saúde	2.61
	Total	40.19		52.82

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2001.

No ano de 2014 observou-se, no geral, os mesmos padrões ocupacionais das mulheres, com uma pequena diminuição da concentração de trabalhadoras domésticas. Já em relação aos homens, observou-se algumas mudanças importantes de se destacar, como na primeira posição, que passou de condutores de transporte para trabalhadores na produção de bens e serviços e de reparação de manutenção. As ocupações femininas permaneceram mais concentradas do que as masculinas.

Conforme dito anteriormente, essa variável apresenta uma limitação na comparação entre os anos devido à mudança na classificação dos códigos de ocupação pela PNAD. No ano de 2001 cada código correspondia a uma lista de ocupações, sendo necessária, no presente estudo, a agregação de tais ocupações em um rótulo representativo; já no ano de 2014, cada código refere-se a apenas uma ocupação, sendo, assim, mais específico. Essa

mudança pode acarretar em diferenças na posição que essas ocupações se colocam em cada ranking, o que torna a comparação menos precisa.

Tabela 12 - Ocupação que exercia no trabalho principal da semana de referência: as dez ocupações que concentram mais pessoas no Brasil urbano, segundo o gênero, em 2014

Homens			Mulheres	
Ranking	Ocupação	f(%)	Ocupação	f(%)
1	7152 - Trabalhadores na produção de bens e serviços e de reparação de manutenção: estruturas de alvenaria	8.25	5121 - Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	16.45
2	5211 - Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	6.02	5211 - Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	8.17
3	7825 - Condutores de veículos na distribuição de mercadorias	4.75	4110 - Escriturários, agentes, assistente e auxiliares administrativos	5.36
4	7170 - Ajudantes de Obras civis	4.23	5142 - Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	5.14
5	1310 - Gerentes de produção e operações	3.47	5132 - Cozinheiros	4.92
6	5174 - Guardas e vigias	3.06	5161 - Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento	2.99
7	7823 - Condutores de veículos no transporte particular	2.79	5162 - Atendentes de creche e acompanhantes de idosos	2.79
8	4110 - Escriturários, agentes, assistente e auxiliares administrativos	2.19	4221 - Recepcionistas	2.46
9	9144 - Mecânicos de manutenção de veículos automotores	2.15	3222 - Técnicos e auxiliares de enfermagem	2.39
10	5173 - Vigilantes e guardas de segurança	1.86	4211 - Caixas e bilheteiros - exceto bancos- no atendimento público	2.26
Total		38.77	52.93	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2014.

Observando as dez ocupações de maior frequência para cada gênero, percebe-se que ambos, homens e mulheres, estão inseridos no mercado de trabalho em ocupações predominantemente caracterizadas pela baixa remuneração e exigência de qualificação, além

de fortemente marcadas pelos padrões ocupacionais de gênero. Esse é um indicativo da precariedade da maior parte do mercado de trabalho brasileiro como um todo, tanto para homens quanto para mulheres, mas também um reflexo da baixa escolaridade como um todo do brasileiro, uma vez que o maior percentual de pessoas se concentra em intervalos de poucos anos de estudo.

Porém, o fato de as mulheres estarem mais concentradas nessas ocupações pode indicar também que elas estejam mais concentradas em ocupações de baixa remuneração do que os homens. Segundo Kon (2005), os padrões ocupacionais ocorrem tanto em função das escolhas dos empregadores acerca da inserção dos trabalhadores nas empresas de acordo com o gênero, quanto em função das escolhas dos trabalhadores ofertantes de sua mão-de-obra, reproduzindo uma mentalidade discriminatória (KON, 2005). Nesse sentido, o caráter cultural desse padrão seria um fator enrijecedor de mudanças estruturais nas ocupações entre os gêneros, uma vez que ela ocorre tanto da parte dos empregadores como também dos ofertantes de mão de obra.

Sendo assim, a posição na ocupação que essas pessoas exercem é de importante análise, uma vez que, por exemplo, pessoas empregadas tem menor poder de decisão do que empregadores; empregados sem carteira de trabalho assinada são mais vulneráveis do que empregados com carteira; e assim por diante.

Conforme observado nas Tabelas 13 e 14, que demonstram o percentual de pessoas por posição na ocupação no trabalho principal dos anos de 2001 e 2014, respectivamente, a posição Empregado com carteira é pouco desigual entre as diferentes composições, sendo a posição mais frequente entre os indivíduos, tanto no ano 2001 quanto no de 2014. No ano de 2001 concentrava 38,84% das pessoas ocupadas, já no ano de 2014 verificou-se o aumento da concentração de pessoas ocupadas nessa posição, passando para 47,42%. As pessoas com maiores percentuais de frequência nessa posição são homens casados, tanto cônjuges e chefes quanto com filhos e sem filhos, permanecendo o mesmo padrão em 2014.

A posição Militar é a que menos concentra pessoas entre todas as posições, tanto no ano de 2001 quanto no ano de 2014, passando por uma leve desconcentração de pessoas entre os anos. As pessoas com maior frequência nessa posição em 2001 eram homens cônjuges sem filhos, homens solteiros sem filhos e homens chefes de família sem filhos. Já em 2014 houve uma pequena mudança na ordem, com homens solteiros com filhos, homens chefes de família sem filhos e homens cônjuge sem filhos.

A posição Funcionário público estatutário concentra praticamente o mesmo percentual de pessoas entre os dois anos, o que provavelmente reflete a estabilidade do emprego nessa posição. Dentre os maiores percentuais de pessoas nessa posição, todos são de mulheres, tanto no ano de 2001 quanto no ano de 2014, sendo elas mulheres chefes de família sem filhos, mulheres solteiras sem filhos, mulheres chefes de família com filhos e mulheres cônjuges com filhos no de 2001, e mulheres solteiras sem filhos, mulheres chefes de família com filhos e mulheres cônjuges com filhos no ano de 2014. As diferenças entre os percentuais mais elevados e os menos elevados são significativos. Essa posição não necessariamente indica que essas mulheres têm altos rendimentos, mas, por outro lado, certamente indica maior estabilidade no emprego.

A posição Outros empregados sem carteira agrega as demais posições de empregados sem carteira assinada, sendo difícil analisá-la por suas características. Ela deixa de concentrar aproximadamente 15% em 2001 para concentrar aproximadamente 12% das pessoas ocupadas em 2014. Os maiores percentuais de concentração correspondem todos a homens, tanto em 2001 quanto em 2014, dado que a diferença entre as maiores e menores concentrações não são tão grandes, como seria de se imaginar, uma vez que agrega diferentes empregados, e possivelmente com diferentes padrões de frequência por composições familiares.

Tabela 13 - Percentual de pessoas por posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência e composição familiar no Brasil urbano em 2001

Composição Familiar	Empregado com carteira	Militar	Funcionário público estatutário	Outros empregados sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira	Conta- própria	Empregador	Não remunerado	Total
Mulher sem filhos	35.14%	0.12%	15.53%	13.77%	6.14%	14.30%	10.59%	3.29%	1.11%	100.00%
Homem sem filhos	39.92%	1.15%	8.76%	19.02%	0.22%	0.65%	23.47%	6.53%	0.27%	100.00%
Mulher com filhos	31.60%	0.02%	12.68%	14.26%	7.30%	22.98%	8.85%	1.69%	0.63%	100.00%
Homem com filhos	34.06%	0.25%	9.56%	19.65%	0.55%	0.46%	28.87%	6.00%	0.59%	100.00%
Mulher chefe de família sem filhos	37.85%	0.00%	18.10%	15.80%	4.81%	8.91%	11.22%	3.30%	0.00%	100.00%
Mulher cônjuge sem filhos	38.10%	0.11%	11.82%	13.93%	5.90%	14.28%	9.33%	3.18%	3.34%	100.00%
Homem chefe de família sem filhos	44.27%	1.11%	6.92%	17.00%	0.16%	0.61%	22.83%	6.47%	0.63%	100.00%
Homem cônjuge sem filhos	44.58%	1.23%	5.68%	19.67%	0.39%	0.21%	23.86%	3.71%	0.66%	100.00%
Mulher chefe de família com filhos	33.27%	0.04%	15.22%	10.22%	9.49%	15.34%	11.86%	3.99%	0.58%	100.00%
Mulher cônjuge com filhos	30.48%	0.01%	15.21%	12.80%	6.36%	16.79%	10.99%	3.84%	3.52%	100.00%
Homem chefe de família com filhos	43.99%	0.57%	7.74%	16.27%	0.39%	0.33%	23.65%	6.92%	0.14%	100.00%

Composição Familiar	Empregado com carteira	Militar	Funcionário público estatutário	Outros empregados sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira	Conta- própria	Empregador	Não remunera do	Total
Homem cônjuge com filhos	44.98%	0.46%	6.03%	19.60%	0.39%	0.64%	22.48%	4.92%	0.50%	100.00%
Total	38.84%	0.41%	10.39%	15.33%	2.95%	7.61%	18.04%	5.25%	1.18%	100.00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2001.

A posição Trabalhador doméstico com carteira, tem uma baixa concentração de pessoas no geral, tanto em 2001 quanto em 2014. Conforme o esperado, as frequências mais altas de pessoas correspondem a mulheres. Em 2001, mulheres chefes de família com filhos, solteiras com filhos, e solteiras sem filhos eram as que mais ocupavam a posição de trabalhador doméstico com carteira assinada. Já no ano de 2014, mulheres com filhos, mulheres cônjuges com filhos, e mulheres chefes de família com filhos eram as que mais ocupavam essa posição, sendo que nesse ano houve a diminuição do percentual das mulheres que mais ocupavam essa posição e o aumento das demais mulheres, ou seja, houve desconcentração entre as mulheres. Essa posição sofre um aumento de concentração de pessoas entre 2001 e 2014.

A posição Trabalhador doméstico sem carteira assinada apresenta padrões de distribuição semelhantes a à posição anteriormente analisada; porém, concentra um número de pessoas no total mais elevado nos dois anos, sendo quase o dobro. Entre as mulheres, daquelas que tinham maiores percentuais de concentração nessa posição, os percentuais em relação a suas composições eram mais elevados do que os de trabalhadores domésticos com carteira. Isso indica que, entre os trabalhadores domésticos, a informalidade é alta, caracterizando essas trabalhadoras pela vulnerabilidade no emprego. Entre os anos houve diminuição da concentração nessa posição, o que indica que pode ter havido o aumento da formalização, uma vez que a concentração de Trabalhadores domésticos com carteira aumentou. No entanto, ainda existem mais trabalhadoras domésticas na informalidade do que na formalidade.

A posição Conta-própria apresentou uma diminuição na concentração total do número de pessoas entre os anos, passando de aproximadamente 18% para aproximadamente 15%. Essa posição é a mais concentrada dentre as demais, sendo que homens são os que apresentam as frequências mais altas. Em 2001, homens solteiros com filhos, cônjuges sem filhos, chefes de família com filhos, solteiros sem filhos cônjuges com filhos eram os que mais ocupavam essa posição, respectivamente. No ano de 2014 seguiu-se aproximadamente os mesmos padrões. O fato dessa posição ser ocupada majoritariamente por homens e, em conjunto a isso, as mulheres estarem majoritariamente ocupadas em posições de baixa

Tabela 14 - Percentual de pessoas por posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência e composição familiar no Brasil urbano em 2014

Composição Familiar	Empregado com carteira	Militar	Funcionário público estatutário	Outros empregados sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira	Conta-própria	Empregador	Não remunerado	Total
Mulher sem filhos	39.39%	0.06%	16.61%	12.17%	5.66%	14.01%	8.55%	2.86%	0.69%	100.00%
Homem sem filhos	46.61%	0.50%	8.27%	15.28%	0.66%	0.90%	23.29%	4.25%	0.23%	100.00%
Mulher com filhos	39.72%	0.01%	12.27%	12.02%	8.20%	17.96%	7.61%	1.88%	0.34%	100.00%
Homem com filhos	45.20%	0.69%	8.40%	12.46%	0.64%	0.74%	25.09%	6.28%	0.50%	100.00%
Mulher chefe de família sem filhos	44.63%	0.06%	13.29%	10.99%	5.01%	10.09%	11.39%	3.00%	1.54%	100.00%
Mulher cônjuge sem filhos	47.38%	0.07%	12.41%	12.00%	5.45%	10.31%	7.52%	3.05%	1.82%	100.00%
Homem chefe de família sem filhos	49.20%	0.69%	7.40%	13.12%	0.56%	0.53%	21.96%	6.18%	0.34%	100.00%
Homem cônjuge sem filhos	51.05%	0.58%	5.63%	12.98%	0.59%	0.34%	23.02%	5.42%	0.39%	100.00%
Mulher chefe de família com filhos	41.15%	0.07%	15.73%	11.41%	6.19%	12.47%	9.52%	2.77%	0.68%	100.00%
Mulher cônjuge com filhos	43.95%	0.11%	14.38%	10.96%	6.39%	10.99%	7.95%	3.19%	2.10%	100.00%

Composição Familiar	Empregado com carteira	Militar	Funcionário público estatutário	Outros empregados sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira	Conta-própria	Empregador	Não remunerado	Total
Homem chefe de família com filhos	52.17%	0.56%	7.62%	11.59%	0.50%	0.36%	20.36%	6.72%	0.11%	100.00%
Homem cônjuge com filhos	54.54%	0.31%	4.89%	13.15%	0.35%	0.37%	20.97%	5.24%	0.19%	100.00%
Total	47.42%	0.33%	10.23%	12.10%	3.20%	6.03%	15.38%	4.58%	0.73%	100.00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2014.

remuneração, indica um padrão de posição na ocupação entre os gêneros, em que as mulheres se concentram em posições desvantajosas em relação aos homens.

A posição de Empregador concentra um número expressivamente menor de pessoas do que a de Conta-própria, tanto no total quanto nos percentuais de pessoas em cada composição familiar. Porém, seus padrões de distribuição por gênero são semelhantes a essa posição, concentrando-se majoritariamente entre os homens. Essa posição, normalmente, apresenta um maior poder econômico, o que demonstra a desvantagem obtida no mercado de trabalho pelas mulheres, uma vez que elas tem mais anos de estudo na média e, no que se refere à posição na ocupação, se classificam mais em atividades de baixa remuneração, maior vulnerabilidade e menor poder econômico. Isso pode ser verificado também na posição Não remunerado, em que as mulheres apresentam maiores percentuais do que homens em composições familiares similares, tanto em 2001 quanto em 2014.

A Tabela 15 apresenta o percentual de pessoas que contribuíam para instituto de previdência no trabalho principal por composição familiar. É possível observar que, comparando homens e mulheres de composições familiares similares, as mulheres apresentam uma vantagem. Isso significa que existiam mais trabalhadores mulheres do que homens com empregos formais, tanto em 2001, quanto em 2014. Desta forma, não é perceptível uma mudança na estrutura geral apresentada em relação a esta variável, apenas um aumento generalizado da formalização entre os anos, destacando-se o maior aumento na formalização de mulheres cônjuge com filhos, o que era de se esperar, uma vez que essas mulheres tiveram um aumento significativo na participação no mercado de trabalho.

Tabela 15 - Percentual de pessoas que contribuíam para instituto oficial de previdência no trabalho principal da semana de referência segundo composição familiar no Brasil urbano, 2001 e 2014

Composição Familiar	2001	2014	Variação
Mulher sem filhos	65.39%	73.44%	8.04%
Homem sem filhos	60.58%	68.66%	8.08%
Mulher com filhos	57.21%	70.35%	13.14%
Homem com filhos	55.53%	68.52%	12.99%
Mulher chefe de família sem filhos	68.18%	75.35%	7.16%
Mulher cônjuge sem filhos	65.26%	77.15%	11.88%
Homem chefe de família sem filhos	63.86%	72.50%	8.64%
Homem cônjuge sem filhos	63.43%	71.06%	7.63%
Mulher chefe de família com filhos	66.60%	76.15%	9.55%
Mulher cônjuge com filhos	61.55%	77.84%	16.29%
Homem chefe de família com filhos	63.87%	75.84%	11.97%
Homem cônjuge com filhos	60.95%	72.30%	11.34%
Total	62.57%	74.38%	11.81%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2001 e 2014.

Pode-se explicar a maior formalidade do trabalho feminino no geral, entre diversos fatores, pelo fato de que os homens se concentram com mais frequência nas posições de conta-própria e empregador, conforme observado nas Tabelas 13 e 14, muitas vezes em ocupações marcadas pela informalidade, como pessoas ocupadas como ajudantes de obras civis que trabalham por conta-própria.

A maior formalização das mulheres pode ser um fator atenuante da instabilidade e vulnerabilidade dos tipos de trabalhos que ocupam. Ao levar isso em consideração, é possível dizer que trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho assinada seriam as menos favorecidas pela maior formalização das mulheres em relação aos homens, sobretudo mulheres solteiras com filhos e sem filhos e mulheres chefes de família com filhos, tanto em 2001 quanto em 2014. Essa ocupação concentra um grande percentual de mulheres, e é caracterizada pela instabilidade.

A Tabela 16 apresenta a proporção de cada composição familiar distribuída nos dez principais ramos de atividade do país no ano de 2001. É possível reforçar as observações realizadas em relação às ocupações que homens e mulheres exerciam como trabalho principal, além de uma maior concentração de mulheres em poucos ramos de atividade. Em todas as diferentes composições familiares, a maioria das mulheres se concentrava no ramo de “Prestação de Serviços”, ramo de maior absorção do trabalho feminino desde o início de sua inserção no mercado de trabalho, e que é caracterizado pela baixa remuneração (BECKER, 1985). Em segundo lugar, o maior número de mulheres exercia, como atividade principal, ocupação no ramo de “Comércio e Mercadorias”, também marcado pela baixa remuneração. Mulheres chefes de família sem filhos têm uma concentração menor nesses ramos em relação às demais, além de serem mais bem distribuídas entre os ramos.

Como levantado em observações anteriores, os homens eram distribuídos de maneira menos concentrada nos ramos de atividade em seu trabalho principal. Trabalhavam principalmente nos seguintes ramos: “Indústria de transformação”, “Indústria da Construção”, “Comércio de mercadorias” e “Prestação de Serviços”, com baixa oscilação destas concentrações nas diferentes composições familiares. Dentre todas as composições, homens chefes de família com filhos eram os mais concentrados na Indústria de Transformação, e homens solteiros com filhos na Indústria da construção.

Percebe-se, dessa maneira, que os homens obtinham vantagens na divisão do trabalho, uma vez que se concentravam mais em ramos de atividade com remunerações

normalmente mais elevadas quando comparados aos ramos em que as mulheres se concentravam.

Em 2014, conforme apresentado na Tabela 17, os dados da PNAD em relação aos dez principais ramos de atividade econômica do país foram apresentados de forma diferente, o que distorce um pouco a comparação em relação às observações de 2001.

No ano de 2014, pode-se observar que apenas entre as mulheres sem filhos o ramo de atividade mais comum era o de “Serviços Domésticos”, categoria de atividade não classificada na PNAD de 2001. Entre todas as demais composições familiares de mulheres, o ramo de “Educação, Saúde e Serviços Sociais” esteve em primeiro lugar, e “Serviços Domésticos” e “Comércio e Reparação” variaram entre segundo e terceiro lugar, como pouca diferença. Podemos verificar, então, o aumento da diversidade entre os ramos de atuação das mulheres, porém, com forte persistência de padrões de gênero, uma vez que há uma clara preponderância do trabalho feminino no ramo Serviços Domésticos, além dos ramos Educação, Saúde e Serviços Sociais, Comércio e Reparação, ramos que normalmente absorvem muita mão de obra feminina.

Entre os homens, é possível perceber proporções mais distribuídas, conforme já observado na Tabela 16. As maiores concentrações se apresentam nos ramos de: “Indústria de Transformação”, “Construção” e “Comércio e Reparação”, com maior variabilidade entre a primeira, segunda e terceira posição. O ramo da “Construção” ficou em primeiro lugar entre as composições familiares “Homem sem filhos”, “Homem com filhos” e “Homem cônjuge com filho”, seguido pelos ramos de “Comércio e Reparação” em segundo lugar e “Indústria de Transformação” em terceiro. Houve uma mudança no padrão apresentado entre “Homem chefe de família”, “Homem cônjuge sem filho” e “Homem chefe de família com filhos”, onde o ramo de atividade mais representativo é: “Comércio e Reparação”, seguido por “Construção” e “Indústria de Transformação”. Pode-se dizer que os trabalhos disponíveis nestes três principais ramos de atividades englobam posições na ocupação e formalidades muito diversas, como no caso de comerciantes na posição de empregadores e operários da construção, além de muitas vezes exigir uma qualificação mais elevada, como na Indústria de Transformação e da Construção.

Tabela 16 - Percentual de pessoas de acordo com os ramos de atividade do trabalho principal na semana de referência por composição familiar no Brasil urbano em 2001

Composição Familiar	Indústria de transformação	Indústria da construção	Outras atividades industriais	Comércio de mercadorias	Prestação de serviços	Serviços auxiliares da atividade econômica	Transporte e comunicação	Social	Administração pública	Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	Total
Mulher sem filhos	8.03%	0.46%	0.66%	15.67%	31.28%	5.70%	1.62%	25.37%	7.74%	3.47%	100.00%
Homem sem filhos	15.75%	15.16%	2.12%	15.50%	16.56%	7.04%	6.50%	8.24%	9.38%	3.75%	100.00%
Mulher com filhos	8.43%	0.25%	0.86%	13.29%	42.73%	3.35%	1.40%	21.64%	6.15%	1.90%	100.00%
Homem com filhos	12.06%	19.38%	2.12%	15.37%	14.97%	6.46%	10.63%	7.15%	8.96%	2.90%	100.00%
Mulher chefe de família sem filhos	6.68%	0.72%	1.24%	20.60%	27.33%	7.12%	2.62%	23.90%	6.44%	3.35%	100.00%
Mulher cônjuge sem filhos	10.41%	0.71%	0.43%	18.89%	30.91%	5.77%	1.14%	24.34%	5.15%	2.24%	100.00%
Homem chefe de família sem filhos	17.50%	13.15%	2.34%	18.08%	15.60%	6.02%	9.20%	7.47%	8.28%	2.38%	100.00%
Homem cônjuge sem filhos	12.95%	14.54%	1.68%	17.47%	17.79%	5.89%	11.58%	6.27%	9.01%	2.82%	100.00%

Composição Familiar	Indústria de transformação	Indústria da construção	Outras atividades industriais	Comércio de mercadorias	Prestação de serviços	Serviços auxiliares da atividade econômica	Transporte e comunicação	Social	Administração pública	Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	Total
Mulher chefe de família com filhos	5.75%	0.68%	0.92%	13.50%	38.38%	5.58%	1.32%	24.98%	6.95%	1.93%	100.00%
Mulher cônjuge com filhos	9.76%	0.43%	0.73%	16.81%	33.29%	3.33%	0.90%	26.65%	6.31%	1.80%	100.00%
Homem chefe de família com filhos	19.62%	15.71%	2.61%	16.38%	14.65%	5.09%	9.87%	5.61%	8.15%	2.30%	100.00%
Homem cônjuge com filhos	16.78%	14.87%	1.83%	17.64%	19.54%	6.01%	10.10%	4.67%	6.20%	2.35%	100.00%
Total	14.80%	9.13%	1.76%	16.37%	23.48%	4.79%	6.06%	13.94%	7.40%	2.26%	100.00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2001.

Tabela 17 - Percentual de pessoas de acordo com os ramos de atividade do trabalho principal na semana de referência por composição familiar no Brasil urbano em 2014

Composição Familiar	Outras atividades industriais	Indústria de transformação	Construção	Comércio e reparação	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicação	Administração pública	Educação, saúde e serviços sociais	Serviços domésticos	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Outras atividades e atividades mal definidas	Total
Mulher sem filhos	0.27%	7.24%	0.64%	16.09%	5.52%	2.32%	8.44%	25.05%	19.68%	5.59%	9.16%	100.00%
Homem sem filhos	1.27%	12.53%	20.45%	18.06%	4.81%	8.40%	8.37%	7.87%	1.56%	4.44%	12.25%	100.00%
Mulher com filhos	0.20%	8.21%	0.65%	15.36%	8.65%	1.80%	6.07%	18.68%	26.16%	5.48%	8.75%	100.00%
Homem com filhos	0.85%	14.31%	23.77%	18.44%	3.28%	9.69%	9.10%	6.25%	1.39%	2.24%	10.70%	100.00%
Mulher chefe de família sem filhos	0.62%	10.16%	0.81%	17.18%	7.14%	2.17%	5.62%	22.96%	15.10%	6.92%	11.32%	100.00%
Mulher cônjuge sem filhos	0.44%	10.29%	0.97%	19.86%	6.25%	1.87%	6.05%	21.55%	15.76%	5.88%	11.08%	100.00%
Homem chefe de família sem filhos	1.47%	14.80%	18.58%	20.83%	3.47%	10.94%	7.76%	6.22%	1.09%	3.30%	11.52%	100.00%
Homem cônjuge sem filhos	1.36%	14.18%	20.93%	21.92%	3.94%	11.66%	6.46%	4.96%	0.93%	2.75%	10.90%	100.00%
Mulher chefe de família com filhos	0.23%	8.01%	0.86%	16.70%	8.02%	2.47%	7.62%	23.66%	18.66%	4.52%	9.25%	100.00%

Composição Familiar	Outras atividades industriais	Indústria de transformação	Construção	Comércio e reparação	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicação	Administração pública	Educação, saúde e serviços sociais	Serviços domésticos	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Outras atividades e atividades mal definidas	Total
Mulher cônjuge com filhos	0.24%	9.98%	0.65%	18.36%	5.88%	1.80%	6.67%	25.23%	17.37%	5.56%	8.26%	100.00%
Homem chefe de família com filhos	1.78%	17.11%	19.11%	19.97%	3.36%	11.90%	7.95%	5.19%	0.86%	2.65%	10.11%	100.00%
Homem cônjuge com filhos	1.20%	16.08%	24.38%	20.63%	3.88%	11.77%	5.30%	4.40%	0.71%	2.28%	9.36%	100.00%
Total	0.97%	12.82%	11.37%	18.92%	5.07%	7.05%	7.13%	13.45%	9.23%	4.09%	9.90%	100.00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2014

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo visa delinear a atual configuração da divisão do trabalho por gênero no Brasil e avaliar mudanças nas disparidades resultantes do sistema de gênero na Divisão do Trabalho por Gênero por composição familiar no Brasil urbano do ramo não-agrícola. Para tal fim, foi realizada uma análise exploratória comparativa das principais variáveis do mercado de trabalho e do trabalho doméstico utilizando microdados da PNAD referentes aos anos de 2001 e 2014. As variáveis analisadas foram: alfabetização, anos de estudo, horas dedicadas por semana ao trabalho doméstico não pago no próprio domicílio, horas trabalhadas por semana, número de trabalhos, ocupação no trabalho principal, posição na ocupação, atividade, rendimento mensal do trabalho e a contribuição para instituto oficial de previdência, levando-se em consideração somente o trabalho principal na semana de referência (com exceção da variável número de trabalhos).

Partindo do pressuposto de que as escolhas e desempenho dos indivíduos sejam relacionados com o ao tipo de composição familiar em que se inserem, gerou-se um código para cada família moradora da área urbana do país para a identificação da condição de seus membros na família: se é filho, se é homem chefe de família com filhos, mulher cônjuge sem filhos, e assim por diante.

Foi observada a tendência de reconfiguração das composições familiares no período, havendo um aumento significativo de casais e solteiros sem filhos em relação ao número de casais e solteiros com filhos, o que era de se esperar, uma vez que a fertilidade no Brasil tem se reduzido no decorrer das décadas. A diminuição da fertilidade está associada à maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e ao aumento de seus rendimentos, o que diminui a disposição de se ter filhos. Esse fato é confirmado ao observar que mulheres com filhos obtém as piores remunerações em ambos os anos, o que é um forte incentivo à redução da fertilidade quando há elevação da participação feminina no mercado.

Assim, o expressivo aumento no percentual de mulheres chefes de família, sobretudo sem filhos, poderia indicar uma tendência de mudança nas disparidades da DTG de tal modo que favorecesse às mulheres em geral, uma vez que mulheres casadas sofreriam maiores entraves à mudança por terem suas escolhas atreladas à família e por se

responsabilizarem pelo trabalho doméstico de terceiros, consistindo em uma boa medida da condição da mulher na DTG.

Porém, o que se observa é que, apesar de essas mulheres terem níveis de instrução mais elevados do que homens cônjuges, assim como as demais mulheres em condições familiares diferentes e permanecendo o mesmo cenário entre os anos, elas têm remunerações no trabalho principal mais baixas do que eles, além de terem uma jornada de trabalho total maior, tanto no trabalho doméstico quanto no mercado de trabalho.

A despeito de observar-se suave tendência de diminuição do número de empregos em que as mulheres trabalham e da transferência do trabalho doméstico no lar dos homens para elas, foi constatado que a elevação do número de mulheres chefes de família estaria associado mais à sobrecarga dessas mulheres em trabalhos precários do que aos incrementos nos anos de estudo, ou seja, ao aumento de seus retornos do investimento em educação obtidos no mercado de trabalho. Portanto, é verificado o diferencial do retorno do investimento em educação entre os gêneros, o que resulta em desvantagens no mercado para as mulheres. Além disso, mulheres chefes de família tiveram um aumento no número de horas no trabalho doméstico no próprio lar.

Assim, o fato de as mulheres receberem menores remunerações em seus trabalhos devido à discriminação salarial eleva suas disposições a trabalharem em mais de um emprego, o que pode reduzir suas produtividades e elevar suas disposições a buscarem trabalhos que exijam menores níveis de escolaridade e esforço.

Levando-se em conta esses fatores, pode-se dizer que houve o aumento da exploração do trabalho das mulheres no geral, uma vez que ocorreu expressiva elevação do número de mulheres na condição de chefes de domicílio em relação à variação populacional no total.

Isso se confirma ao observar as distribuições percentuais das ocupações, posições na ocupação e ramos de atividade. As mulheres se concentravam mais em ocupações de baixa remuneração do que os homens, destacando-se o elevado percentual de mulheres trabalhadoras domésticas e afins, uma das ocupações mais instáveis e precárias. Já os homens também se concentravam em ocupações de baixa remuneração, porém distintas das mulheres e em menor percentual de concentração, o que indica certa desvantagem no mercado para as mulheres. A existência de um padrão nas ocupações e que persiste no período de análise indica que, embora muitas vezes hajam mudanças quantitativas, qualitativamente a DTG segue padrões difíceis de serem alterados.

O mesmo ocorre com a posição na ocupação e os ramos de atividade nos dois anos analisados. Há um elevado percentual de mulheres na posição de trabalhadoras domésticas em ambos os anos, principalmente sem carteira assinada, o que indica a vulnerabilidade a que uma grande parcela das mulheres é sujeita. Essa posição indica também que, além estarem empregadas em ocupações majoritariamente relacionadas aos cuidados do lar, elas também tem uma posição na ocupação desvantajosa, uma vez que os homens se concentram mais nas posições de conta-própria e empregador do que as mulheres.

Já no que se refere aos ramos de atividade, também verifica-se a permanência de padrões de gênero que conferem vantagens aos homens, apesar de ter havido algumas mudanças sobretudo no que se refere às mulheres. A mudança na classificação dos setores de atividade da PNAD pode dificultar a análise e torná-la menos precisa. Observa-se uma maior diversificação das atividades em que a mulher é empregada, o que pode indicar uma certa tendência de mudança nos padrões de gênero no setores de atividade da economia. No entanto, as mulheres permanecerem empregadas majoritariamente em atividades com clara preponderância do trabalho feminino, como serviços domésticos, educação e comércio. Já os homens são majoritariamente empregados em atividades industriais e no comércio, caracterizadas por remunerações mais elevadas.

Assim, a especialização do trabalho confere vantagens ao gênero masculino no mercado de trabalho brasileiro do ramo não-agrícola da área urbana, pois estes obtém vantagens na obtenção de trabalho em ramos de atividade de remunerações mais elevadas, além de assumirem a posição de empregadores e conta-própria com mais frequência do que as mulheres, independente de suas composições familiares.

A existência de diferentes vantagens comparativas de homens e mulheres deve-se unicamente ao papel de cada gênero na sociedade e os processos de socialização e aprendizagem que formam esses indivíduos, e, no caso brasileiro, é verificada ainda hoje a existência dessas “vantagens” desiguais. Às mulheres, a incumbência do trabalho doméstico, seja ele no próprio domicílio e sem remuneração ou no mercado de trabalho. Aos homens, vantagens no mercado de trabalho.

Pode-se dizer, portanto, que a DTG tem um ciclo retroalimentar que reforça as condições iniciais da desigualdade entre os gêneros e torna a sua transformação em favor à equidade mais difícil de ser alcançada. Ou seja: dada uma causa inicial da desigualdade entre os gêneros no mercado de trabalho, seus efeitos sobre a forma como o trabalho social se

arranja se dão de tal maneira a expandir essas desigualdades e reforçar a sua causa inicial. E isso se deve em grande medida à especialização do trabalho, que obedece padrões de gênero.

Assim, considerando o período analisado no presente estudo, não foi verificada a redução das disparidades capaz de tornar a Divisão do Trabalho por Gênero no ramo não-agrícola da área urbana do país mais equitativa, ocorrendo apenas uma reconfiguração de tal modo a ampliar a exploração do trabalho feminino, reforçando o sistema de gênero vigente. Assim, a hipótese de que houve uma tendência de reconfiguração das disparidades da divisão do trabalho por gênero tal que possibilitasse a manutenção de um sistema de gênero não é rejeitada

A DTG tem raízes de cunho cultural profundamente arraigadas, necessitando, portanto, de um longo período para que ocorram transformações estruturais significativas. Desse modo, é importante destacar que, dentre as limitações do estudo, o curto intervalo no período de análise pode viesar os resultados aqui obtidos, pois as variáveis analisadas estão sujeitas às variações de curto prazo na conjuntura econômica como um todo, não só às mudanças nas causas da DTG.

Além disso, o cenário aqui apresentado não diz respeito às transformações na Divisão do Trabalho por Gênero no Brasil como um todo, uma vez que exclui a área rural da análise e o ramo agrícola.

Sugere-se, dessa maneira, a realização de estudos que comparem a DTG da área urbana com a área rural e do ramo agrícola com o ramo não-agrícola, além de análises mais pormenorizadas acerca dos diferentes tipos de composições familiares, tanto intragênero quanto intergêneros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, G.S. Human capital, effort and the sexual division of labor. **Journal of Labor Economics**, Chicago, v. 3, n. 1, 33-58, jan.1985.

CARLOTO, C. M. O Conceito de Gênero e sua Importância para a Análise das Relações Sociais. **Revista Serviço Social**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n2v3.pdf#page=83>>. Acesso em: 08/10/2016.

CARRASCO, C. Para uma economia feminista. In: _____. *Mujeres y economia: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Tradução anônima. Barcelona: Icaria, 2003. p. 1-23. Disponível em: <<http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/07/INTRODUCAO-para-uma-economia-feminista-Carrasco.pdf>>. Acesso em: 10/04/2016.

DIOGO, M.F.; COUTINHO, M.C. A Dialética da Inclusão/Exclusão e o Trabalho Feminino. **Interações**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 121-142, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072006000100007>. Acesso em: 17/12/2016.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: 14/02/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Documentação dos Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. 2001. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21/12/2015.

_____. Documentação dos Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. 2014. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21/12/2015.

KON, A. A Economia Política do Gênero: Determinantes da Divisão do Trabalho. *Revista de Economia Política*, vol. 22, nº3(87), julho-setembro/2002. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/87-5.PDF>>. Acesso em: 14/10/2015.

_____. Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: repercussões sobre o mercado de trabalho. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS NO BRASIL, no.1, 2005, Belo Horizonte. Anais... Campinas: UniCamp, 2005. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/fampolpublicas/anitakon.pdf>>. Acesso em: 04/12/2015.

LOPES, J.; PONTILI, R.M. Contribuição dos rendimentos da mulher, alocada no mercado de trabalho agrícola, para a renda familiar. In: XLV CONGRESSO DA SOBER, 45., 2007, Londrina. Anais... Londrina: UEL, 2007. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/703.pdf>>. Acesso em: 29/11/2016

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no Mercado de Trabalho e no Trabalho Doméstico: Homens e Mulheres têm Condições Iguais?. Revista Estudos Feministas, v. 18, n. 2, p. 547-566, mai./ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n2/15.pdf>>. Acesso em: 22/02/2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora**: reflexões sobre os preconceitos morais. 66. ed. São Paulo: Escala, 2007. 365 p. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal).

OMETTO, A.M.H.; HOFFMANN, R.; ALVES, M.C. Participação da mulher no mercado de trabalho: discriminação em Pernambuco e São Paulo. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, 287-322, jul./set. 1999.

PINTO, G. Mulheres no Brasil: esboço analítico de um plano de políticas públicas para mulheres. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2006, Caxambú - MG. Anais... Campinas: UniCamp, 2006. p. 1-19. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_301.pdf>. Acesso em: 14/10/2015.

SILVA, T. M. D. **Análise do diferencial de salários das trabalhadoras domésticas brasileiras**. 2015. 53 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.

SOUZA, L. R. **O efeito dos filhos sobre a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**: explorando diversas fontes de variação exógena na fecundidade. 2009. 233 p. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional,

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://cedeplar.face.ufmg.br/demografia/teses/2009/Laeticia_Rodrigues_Souza.pdf>. Acesso em: 21/10/2016.

TORRES, A.; et al. Porque não se revoltam as mulheres? Resultados de uma pesquisa nacional sobre a divisão do trabalho entre sexos. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4., 2000, Lisboa. Actas... Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2000. Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dfe43b4acc_1.PDF>. Acesso em: 02/11/2015.

APÊNDICE A – Ocupação que exercia no trabalho principal da semana de referência: as dez ocupações que concentram mais pessoas no Brasil urbano por composição familiar (e seus respectivos códigos), 2014

Composição Familiar	Ocupações
Mulher sem filhos	1º - 5121: Trabalhadores dos serviços domésticos em geral 2º - 5211: Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados 3º - 4110: Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos 4º - 5162: Atendentes de creche e acompanhantes de idosos 5º - 5142: Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros 6º - 5132: Cozinheiros 7º - 3222: Técnicos e auxiliares de enfermagem 8º - 5161: Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento 9º - 1320: Gerentes de áreas de apoio 10º - 2312: Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral de 1ª à 4ª séries do ensino fundamental
Homem sem filhos	1º - 7152: Trabalhadores de estruturas de alvenaria 2º - 5211: Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados 3º - 7170: Ajudantes de obras civis 4º - 5174: Guardas e vigias 5º - 4110: Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos 6º - 1310: Gerentes de produção e operações 7º - 7825: Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias) 8º - 7823: Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular) 9º - 5142: Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros 10º - 7166: Pintores de obras e revestidores de interiores (revestimentos flexíveis)

<p>Mulher com filhos</p>	<p>1º - 5121: Trabalhadores dos serviços domésticos em geral 2º - 5211: Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados 3º - 5132: Cozinheiros 4º - 5142: Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros 5º - 4110: Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos 6º - 5162: Atendentes de creche e acompanhantes de idosos 7º - 5161: Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento 8º - 5134: Garçons, barmen e copeiros 9º - 4221: Recepcionistas 10º - 3222: Técnicos e auxiliares de enfermagem</p>
<p>Homem com filhos</p>	<p>1º - 7152: Trabalhadores de estruturas de alvenaria 2º - 5211: Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados 3º - 5174: Guardas e vigias 4º - 7170: Ajudantes de obras civis 5º - 7825: Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias) 6º - 7823: Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular) 7º - 9144: Mecânicos de manutenção de veículos automotores 8º - 4110: Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos 9º - 1310: Gerentes de produção e operações 10º - 5191: Entregadores externos (exceto carteiros)</p>
<p>Mulher chefe de família sem filhos</p>	<p>1º - 5121: Trabalhadores dos serviços domésticos em geral 2º - 5211: Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados 3º - 4110: Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos 4º - 5132: Cozinheiros 5º - 5142: Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros 6º - 5161: Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento 7º - 4221: Recepcionistas 8º - 3222: Técnicos e auxiliares de enfermagem 9º - 4211: Caixas e bilheteiros (exceto caixas de banco) 10º - 5162: Atendentes de creche e acompanhantes de idosos</p>

<p>Mulher cônjuge sem filhos</p>	<p>1º - 5121: Trabalhadores dos serviços domésticos em geral 2º - 5211: Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados 3º - 4110: Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos 4º - 5132: Cozinheiros 5º - 5142: Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros 6º - 4221: Recepcionistas 7º - 5161: Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento 8º - 5162: Atendentes de creche e acompanhantes de idosos 9º - 4211: Caixas e bilheteiros (exceto caixas de banco) 10º - 1310: Gerentes de produção e operações</p>
<p>Homem chefe de família sem filhos</p>	<p>1º - 7152: Trabalhadores de estruturas de alvenaria 2º - 5211: Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados 3º - 7825: Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias) 4º - 7170: Ajudantes de obras civis 5º - 1310: Gerentes de produção e operações 6º - 5174: Guardas e vigias 7º - 7823: Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular) 8º - 4110: Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos 9º - 1320: Gerentes de áreas de apoio 10º - 9144: Mecânicos de manutenção de veículos automotores</p>
<p>Homem cônjuge sem filhos</p>	<p>1º - 7152: Trabalhadores de estruturas de alvenaria 2º - 5211: Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados 3º - 7825: Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias) 4º - 7170: Ajudantes de obras civis 5º - 9144: Mecânicos de manutenção de veículos automotores 6º - 5174: Guardas e vigias 7º - 1310: Gerentes de produção e operações 8º - 4110: Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos 9º - 7823: Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular) 10º - 1320: Gerentes de áreas de apoio</p>

<p>Mulher chefe de família com filhos</p>	<p>1º - 5121: Trabalhadores dos serviços domésticos em geral 2º - 5211: Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados 3º - 5142: Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros 4º - 5132: Cozinheiros 5º - 4110: Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos 6º - 2312: Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral de 1ª à 4ª séries do ensino fundamental 7º - 5161: Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento 8º - 4211: Caixas e bilheteiros (exceto caixas de banco) 9º - 3222: Técnicos e auxiliares de enfermagem 10º - 5162: Atendentes de creche e acompanhantes de idosos</p>
<p>Mulher cônjuge com filhos</p>	<p>1º - 5121: Trabalhadores dos serviços domésticos em geral 2º - 5211: Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados 3º - 5142: Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros 4º - 4110; Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos 5º - 5132: Cozinheiros 6º - 5161: Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento 7º - 2312: Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral de 1ª à 4ª séries do ensino fundamental 8º - 4221: Recepcionistas 9º - 3222: Técnicos e auxiliares de enfermagem 10º - 1310: Gerentes de produção e operações</p>
<p>Homem chefe de família com filhos</p>	<p>1º - 7152: Trabalhadores de estruturas de alvenaria 2º - 5211: Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados 3º - 7825: Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias) 4º - 1310: Gerentes de produção e operações 5º - 7170: Ajudantes de obras civis 6º - 5174: Guardas e vigias 7º - 7823: Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular) 8º - 4110: Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos 9º - 9144: Mecânicos de manutenção de veículos automotores 10º - 5173: Vigilantes e guardas de segurança</p>

<p>Homem cônjuge com filhos</p>	<p>1º - 7152: Trabalhadores de estruturas de alvenaria 2º - 7170: Ajudantes de obras civis 3º - 5211: Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados 4º - 7825: Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias) 5º - 1310: Gerentes de produção e operações 6º - 7823: Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular) 7º - 5174: Guardas e vigias 8º - 9144: Mecânicos de manutenção de veículos automotores 9º - 7166: Pintores de obras e revestidores de interiores (revestimentos flexíveis) 10º - 5142: Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros</p>
---------------------------------	--

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2014.